



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



GEORGETE CABRAL DE ABREU

**TERRITÓRIO DA PESCA: O USO DO ESPAÇO AQUÁTICO NO BAIXO RIO
SOLIMÕES - MUNICÍPIO DE MANACAPURU – AM.**

Manaus

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



GEORGETE CABRAL DE ABREU

**TERRITÓRIO DA PESCA: O USO DO ESPAÇO AQUÁTICO NO BAIXO RIO
SOLIMÕES - MUNICÍPIO DE MANACAPURU – AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, área de concentração Amazônia: Território e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Manaus

2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAM

A162t Abreu, Georgete Cabral de
Território da pesca: uso do espaço aquático no baixo rio solimões -
município de Manacapuru – AM / Georgete Cabral de Abreu. - Manaus,
AM : UFAM, 2011.
105 f.: il. color.; 30 cm

Inclui referências.

Dissertação (Mestre em Geografia). Universidade Federal do
Amazonas. Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz.

1. Pesca – Amazônia 2 . Pesca artesanal 3 . Economia da pesca I. Cruz,
Manuel de Jesus Masulo da (Orient.) II. Título

CDU (2007): 639.2.05(811.3)(043.3)

GEORGETE CABRAL DE ABREU

**TERRITÓRIO DA PESCA: O USO DO ESPAÇO AQUÁTICO NO BAIXO RIO
SOLIMÕES - MUNICÍPIO DE MANACAPURU – AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, área de concentração Amazônia: Território e Ambiente.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz
(Orientador) Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. José Ricardo Batista Nogueira
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Silvio Simione
Universidade Federal do Acre - UFAC

DEDICATÓRIA

A minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao criador, fez-me suportar os obstáculos dos caminhos percorridos.

Ao Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, pela orientação, paciência e comprometimento, a quem tenho total gratidão.

A minha família pelo carinho, compreensão, incentivo e pelo apoio constante.

A minha prima Francisca Serafim de Abreu (Preta) em Manacapuru, por tudo.

A minha sobrinha Lívia Sayuri, (completados 3 anos) que, mesmo não entendendo o processo, soube esperar pelas brincadeiras.

Aos moradores da Costa do Laranjal por contribuir com esta pesquisa. Aos meus tios Josa e Tereza, pelo carinho e contribuição durante a permanência em campo.

Ao Prof. Antonio Fabio Souza, pelas importantes contribuições.

Ao CREA-AM, ao ex-presidente Afonso Lins e ao atual Telamon Firmino, pela liberação para cursar as disciplinas e a tantos funcionários e estagiários, sem distinção e aos profissionais ligados à Inspeção do CREA-AM de Manacapuru por entender as ausências.

A todos os professores e professoras do PPGeo, em especial ao Prof. Dr. Ricardo Nogueira e a Prof^a. Dr^a. Adorea Albuquerque pelas contribuições no exame de qualificação e ao Prof. Dr. Evandro Aguiar, pelos incentivos e esclarecimentos.

Aos amigos e colegas da SEPROR/CODESAV e IDAM de Manacapuru pelas importantes contribuições durante a coleta de dados: em especial a Geovanna, Moisés e Leia. A Djalma (ex gerente do IDAM, em memória), pelo respeito e amizade e contribuições nas idas a Costa do Laranjal.

Aos familiares, amigos, colegas e conhecidos de Iranduba, em especial aos conterrâneos da Ilha do Jacurutu.

Aos colegas de turma de mestrado e aos grupos de pesquisas da Geografia e ao Núcleo de Socioeconomia de Ciências Agrárias-NUSEC, que sempre me atenderam quando solicitado. Ao colega Lauro pela elaboração de alguns mapas.

A FAPEAM pelos cinco meses de bolsa, RH Interiorização.

RESUMO

A Amazônia é abundante em recursos naturais. Seus ambientes de várzea e terra firme são propícios às atividades haliêuticas, cada vez mais procuradas pelos pescadores ribeirinhos. A pesca artesanal é uma atividade muito praticada pelos moradores da Amazônia e esta prática não é diferente na Costa do Laranjal, município de Manacapuru, Estado do Amazonas, área de estudo deste trabalho. A pesca realizada pelos atores sociais desta localidade faz-se em locais territorializados, embora estes espaços aquáticos sejam legalmente de acesso livre e de uso comum. A gestão desses territórios é realizada pelos atores sociais que habitam aquela área. Pretende-se com essa pesquisa analisar o uso do rio principal e a apropriação do espaço aquático, em função do capital extraído da água, bem como a sua relação com a indústria pesqueira. Para a realização deste trabalho, foi necessário: levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, com entrevistas semi-estruturadas e relato de história oral, uso de GPS para demarcação dos locais de pesca, máquina fotográfica, gravador, além de outros recursos metodológicos. Desta forma, os pescadores são subordinados a esses processos criados pelo próprio sistema de produção capitalista. Nessa relação, ambos são beneficiados, porém, os empresários ficam com a maior parcela do rendimento total. Verificou-se que os pescadores estão subordinados aos processos impostos pelo sistema capitalista, desenvolvendo suas atividades na terra e na água combinando as mesmas.

Palavras-chave: Território, Territorialidade, Pesca, Comunidade.

ABSTRACT

The Amazon is abundant in natural resources. Its meadow and dry land environments are favorable to halieutical activities increasingly sought by “ribeirinhos” fishermen, people that live in the river banks of Amazon. Small-scale fishing is an activity commonly practiced by inhabitants of the Amazon region and this practice is not different in Costa do Laranjal, municipality of Manacapuru, State of Amazonas, the study field of this work. The fishing carried out by social actors from this area takes place in specific territorial locations, although these waterways are legally free access and open to the public. The management of these territories is held by local people, the social actors, inhabitants of that area. The purpose of this research is to analyze the use of the main river and the appropriation of the waterway, in base of the capital generated from water and their relations with the fishing industry. Necessary components for this work: A bibliographic survey, field research with semi-structured interviews and oral history reporting, the use of a GPS for fishing locations demarcation, camera and recorder, plus other methodological resources. In this way, the fishermen are subordinate to the processes created by capitalist production system itself. This relationship is of benefit to both; however entrepreneurs obtain the largest portion of total income. It was found that fishermen are subordinated to those processes imposed by capitalist economical system, developing its activities on land and water by combining them.

Keywords: Territory, Territoriality, Fishing, Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa de localizacao do Município de Manacapuru	17
Figura 02. Principais espécies de Bagres capturados no Estado do Amazonas	26
Figura 03. Ramal do Laranjal – Acesso a localidade Costa do Laranjal	28
Figura 04. Igreja católica Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal e escola Municipal da mesma denominação.....	31
Figura 05. Templo Central Asssembléia de Deus	32
Figura 06. Coleta de manga	34
Figura 07. Os frutos coletados e organizados para a comercialização	34
Figura 08. Polidora de laranja	35
Figura 09. Polidora de laranja – parte frontal	35
Figura 10. Animais de Grande Porte - Bovinos	36
Figura 11. Declaração de vacinação do gado contra febre aftosa	36
Figura 12. Barco de pesca que também efetua a compra do pescado	45
Figura 13. Embarcação pesqueira, este modelo de embarcacao e mais comum no estado do Amazonas.....	45
Figura 14. Canoa de pesca com motor ao centro	46
Figura 15. Canoa com motor ao centro em estrutura de alumínio e lona.....	46
Figura 16. Canoa com motor ao centro em estrutura de madeira e lona	47
Figura 17. Canoas confeccionadas na comunidade.....	48
Figura 18. Mutirão para transportar madeira pescada no rio Solimões.....	51
Figura 19. Mulher em pequenas tarefas.....	52
Figura 20. Criança brincando nas proximidades do flutuante.....	53
Figura 21. Prancha de madeira confeccionada no flutuante	53
Figura 22. Mapa de delimitação do lanço.....	60
Figura 23. Lançando a rede de pesca.....	61
Figura 24. Arrastão.....	62
Figura 25. Embarcação na calha do rio Solimões, transportando gado bovino .	63
Figura 26. Balsa de ferro, transportando petróleo	63
Figura 27. Pedreiras do Laranjal, limite territorial do início do lanço	65
Figura 28. No período da vazante do rio é possível visualizar esses obstaculos a pescaria de lanço. Na cheia esses vegetais são submersos	66
Figura 29. Fluxograma da comercializacao do peixe liso em Manacapuru	78
Figura 30. Mapa da área da pesquisa. A distribuição espacial dos flutuantes na Comunidade Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal.....	79
Figura 31. Flutuante – entreposto de comercialização.....	80
Figura 32. Reforma de canoa de pesca na casa flutuante	81
Figura 33. Engate de tronco de árvore na rede de pesca	83
Figura 34. Peixe liso (bagre) sem cabeça	86
Figura 35. Mapa das principais rotas de comércio pesqueiro para Manacapuru	88
Figura 36. Balsa frigorífica	89
Figura 37. Municípios dotados de postos frigoríficos.....	90
Figura 38. Flutuante no porto da indústria, local de recepção do pescado.....	92
Figura 39. Recepção do pescado em uma das indútrias frigoríficas	92
Figura 40. Organização do pescado após a pesagem	94
Figura 41. Higienização do pescado	94
Figura 42. Organização do pescado para a linha de produção	94
Figura 43. Detalhe do peixe processado sem pele	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 Frequência de consumo de peixe liso pelos pescadores ribeirinhos	22
Gráfico 02 Principais instrumentos de trabalhos utilizados na pesca.....	49
Gráfico 03 Demonstrativo de vendas do frigorífico Frigopesca para o mercado local e nacional, nos anos de 2008, 2009 e 2010. Este último contados até o mês de junho.	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Principais espécies (bagres) de interesse comercial.....	25
Quadro 02 Preço do pescado na entressafra, relativo ao ano de 2010	84
Quadro 03 Preço do pescado na safra, relativo ao ano de 2010	84
Quadro 04 Classificação das principais espécies de peixe liso capturadas.....	87

LISTA DE SIGLAS

CEBs – Comunidades Eclesias de Base.....	29
CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva	33
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.....	29
CODESAV – Comissão Executiva de Sanidade Animal e Vegetal	34
GTA – Guia de trânsito Animal.....	36
GPS – Sistema de Posicionamento Global	18
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	27
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	20
PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos.....	62
SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural	33
SIG - Sistema de Posicionamento Global	33
SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca	23
ULSAV - Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal	35
ZFM- Zona Franca de Manaus.....	24

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 DIVERSIDADE DA PRODUÇÃO NA COSTA DO LARANJAL ..	19
1.1 O rio Solimões: riqueza ictiofaunica	19
1.2 Principais espécies de bagres exploradas na pesca comercial	20
1.3 A produção familiar na Costa do Laranjal	27
1.4 As comunidades rurais na Amazônia: um modo de vida diferenciado	28
1.5 Diversidade da produção: terra e água	33
1.6 Território e territorialidade: múltiplas abordagens	37
CAPÍTULO 2 A PESCA COMERCIAL DE PEIXE LISO (BAGRES): A PRODUÇÃO DO PESCADO NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU	42
2.1 O trabalho na atividade pesqueira e a relação de produção familiar na comunidade Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal	42
2.2 Sistema de produção e a socialização na atividade pesqueira	50
2.3 O sistema de parceria na pesca: a campanha	56
2.4 A espera da “vez”	58
2.5 O lanço: Território da pesca	59
2.6 Territorialidade nas águas: apropriação do espaço aquático em área de livre acesso	67
2.7 Conflitos de uso da água.....	69
CAPÍTULO 3 REDES DE COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO	76
3.1 As casas flutuantes – primeiro ponto de comercialização do pescado	78
3.1.1 A divisão das tarefas	85
3.2 Classificação das espécies de maior valor comercial	86
3.3 As indústrias frigoríficas: monopolizando territórios	87
3.3.1 Desembarque.....	91
3.3.2 Mão de obra	93
3.3.3 Processamento do pescado	93
3.3.4 Distribuição.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERENCIAS	100

INTRODUÇÃO

A Amazônia, diante de sua riqueza natural e seus ecossistemas de várzea e terra firme, apresenta uma biodiversidade de recursos naturais incalculáveis. O pescado é uma das mais apreciadas, pois é fonte de alimentação e renda, principalmente para a população que vive às margens dos rios e depende diretamente desses recursos para sua permanência nessas localidades.

Na Bacia Amazônica existem aproximadamente 3.000 espécies de peixes, potencial este que representa 30% da ictiofauna de água doce do mundo. (Goulding, 1980; 1988). É a maior e mais diversificada ictiofauna do mundo, apesar desta evidência poucas espécies são exploradas comercialmente pela população regional. (FALABELA, 1994).

Os ambientes de várzea, nessa região, são propícios para a atividade pesqueira. A utilização destes espaços, vem, contudo, ao longo do tempo, sofrendo profundas modificações relacionadas às atividades haliêuticas. Os atores sociais tinham, como ambiente de pesca, os lagos. Agora usam o rio principal para atender à demanda de frigoríficos instalados na sede do município de Manacapuru e em outros municípios do estado do Amazonas.

Este trabalho visa investigar essas mudanças, ocorridas através das territorialidades materializadas no espaço aquático, neste caso o rio Solimões que, sendo de livre acesso, passa a ser apropriação dos ribeirinhos, cuja atividade de delimitação dos locais de pesca, dá-se em decorrência da defesa dos recursos pesqueiros. Tal fato ocorre em função da crescente demanda por peixes lisos que abastecem os grandes centros urbanos e os mercados internacionais.

A pesquisa tem como área de estudo, especificamente, uma localidade ribeirinha denominada Costa do Laranjal, Baixo rio Solimões, município de Manacapuru, no Estado do Amazonas. Este trabalho busca um estudo sobre a pesca artesanal desenvolvido pelos habitantes dessa localidade.

A pesca artesanal firma-se como uma das principais atividades do extrativismo animal, é realizada pelos pescadores da região amazônica e o município de Manacapuru configura-se como um dos mais promissores neste setor.

A principal preocupação deste trabalho centrou-se na possibilidade de investigar o uso do rio principal – baixo rio Solimões - , sendo este espaço aquático público, de livre acesso, o qual, porém, sofre processo de apropriação pelos

ribeirinhos que os territorializam em função da defesa do espaço de pesca. Fez-se necessário, então, investigar como ocorrem a apropriação e o uso desse ambiente aquático.

Com a instalação de frigoríficos na sede do município de Manacapuru-AM, no final do ano de 1970 e início da década de 1980 (CRUZ, 2007), intensificou-se a pesca no rio Solimões, sendo as espécies de peixes lisos as de maior valor comercial, atendem-se os mercados nacional e internacional, abastecendo os grandes centros urbanos.

A pesca artesanal é a principal atividade desenvolvida pelos ribeirinhos da localidade Costa do Laranjal no município de Manacapuru. Desta forma, pretende-se discutir como ocorre o processo de territorialização do espaço aquático no rio principal, sendo este legalmente de acesso livre, porém apropriado pelos ribeirinhos para produção de espécies de peixes lisos.

A população amazônica vem utilizando ao longo da história o peixe como principal fonte de alimento. A atividade pesqueira na região acompanha a história das populações que habitavam as margens dos rios, no caso os índios, desde os tempos mais remotos, anterior à colonização, como descrevem cronistas da época. Esta atividade constituiu-se por vários séculos para estas populações a principal atividade voltada exclusivamente à produção de alimentos de origem animal, como aborda SOBREIRO, *et al.*, (2006):

A pesca na região Amazônica é uma atividade muito importante, pois faz parte da tradição dos moradores, tem grande participação na atividade econômica da região e é fundamental na Alimentação da População. A quantidade de peixe consumida pelos ribeirinhos corresponde a uma das maiores já registradas no mundo, refletindo sua forte relação com este recurso.

Durante o século XVII, estabeleceram-se na Amazônia vários pontos de pesca, denominados pela Coroa Portuguesa como pesqueiros reais. Segundo Veríssimo (1970), estes eram administrados e explorados somente para a retirada dos estoques naturais que serviriam de sustento para as tropas que exploravam a região em nome da Coroa Portuguesa. “Spix e Martius, apud Cruz (2007), afirmam, que na região de Manacapuru também foi estabelecido um pesqueiro real voltado para a captura do maior peixe de água doce da região, o pirarucu”[...] “ O domínio

português sobre estas áreas de pesca deixaram “de existir na década de 1810” (CRUZ, 2007, p. 149).

A partir da colonização, no século XIX, mais um elemento passa integrar a história da atividade pesqueira regional, o colonizador, que também explorava os estoques naturais de peixes e quelônios para alimentação e extração de óleo (gordura) a ser utilizado como fonte de energia.

O peixe sempre representou o principal alimento da população amazônica e é caracterizado por apresentar em sua composição corpórea uma fonte de diversos componentes com significativo valor nutricional, como proteínas e minerais, aos quais são atribuídos benefícios ao organismo humano.

Segundo Goulding (1999), há em torno de 200.000 pessoas na Amazônia que dependem da pesca. O peixe é o recurso sustentável mais valioso explorado nos rios amazônicos, de grande relevância econômica e nutricional para a Amazônia em geral. Além de principal fonte protéica das populações amazônicas. (BEGOSSE, 1999 p. 104).

Meggers em sua obra “Amazônia: a ilusão de um paraíso” (1977), faz um breve relato sobre os recursos naturais encontrados na região amazônica, neste cita que o peixe é um dos recursos que apresenta a maior variedade de recursos de subsistência (auto-consumo), relata ainda sobre a diversidade e abundância de espécies encontradas, destacando o peixe-boi, tambaqui, jacaré, tartarugas e o pirarucu (*Arapaima gigas*)¹.

O trabalho citado também relata sobre a pesca de tartarugas na região referenciando detalhes desta espécie: “As tartarugas ainda são caçadas às centenas, durante a baixa do rio, quando se arrastam em direção à praia para a desova. (...). Os ovos são, às vezes, conservados, secando-os ao sol ou sobre o fogo” (p. 192).

Neste período (Colonial) há pesca do tambaqui, descrito como um dos maiores peixes e mais prolíferos, facilmente pescado, em função de seus hábitos. Alimenta-se de frutas, que ele as localiza pelo som, quando caem na água.

No período definido na Amazônia como seca dos rios também são realizadas pescarias para a captura de uma espécie autóctone, o tambaqui, peixe classificado como nobre pela população regional e considerado uma das espécies mais prolíferas cujo hábito alimentar é definido como frugívoro, ou seja, se alimenta de

¹ Segundo Meggers (1977), a exploração do pirarucu e tartaruga ocorre desde os tempos coloniais.

amêndoas de sementes que são lançadas das árvores da floresta inundada (igapós) dos rios da região amazônica.

O tambaqui só come semente na cheia; na seca, ele fica nos lagos ou rios onde não há semente. Nesse período em que se torna onívoro, ou seja, come pequenos peixes, camarão, insetos, capim, etc. Ele tem um hábito alimentar diversificado.

O pirarucu teve e ainda tem importância econômica significativa na região amazônica. Wagley (1948) observou que esta espécie de tamanho gigantesco, pesava em média quatrocentos quilos. Sua pesca ocorria principalmente no Alto Amazonas e a espécie constituía a base principal de alimentação das populações da região. É de fácil conservação e tem a salga, praticada durante a vazante/seca do rio, como técnica principal, para consumo posterior. Devido ao sabor agradável era comparado à carne seca, no sul do Brasil e ao bacalhau, na Europa e na América do Norte (Veríssimo, 1895; Wagley, 1948).

A exploração desordenada da espécie nos últimos anos teve por consequência uma acentuada diminuição dos estoques pesqueiros naturais o que imbuíu autoridades ambientais a listá-la entre espécies protegidas por lei federal.

Outro fator importante a ser considerado é a sazonalidade dos rios da região. Tal fato não obedece a uma cronologia histórica, mas influencia no modo de captura dos diversos grupos de peixes regionais.

Os ciclos hidrológicos são determinantes no modo de vida dos ribeirinhos, é a partir daí que trabalham e programam suas atividades, aqui o tempo ecológico é predominante para o desempenho dos trabalhos diversificados. A pesca como principal atividade também é determinada por esses fatores, pois “a condição cíclica do tempo ecológico aparece com força ainda mais imperativa” (Witkoski, p. 295 2007).

Segundo Meggers (1977), a pesca ganha importância, ainda, no período da colonização, nos séculos XVII e XVIII. Entretanto, há oito mil anos antes desse período, esta atividade era desenvolvida pelos indígenas.

Nesse sentido, a autora preocupou-se em definir inicialmente uma cronologia da atividade, datando em séculos e períodos definidos pela história do Brasil. Para a autora, o período da colonização foi importante para o desenvolvimento da pesca na região Amazônica, pois novos apetrechos foram introduzidos na cultura e no modo

de exercer a atividade pesqueira, em função da influência dos europeus colonizadores (século XIX).

De acordo com Barthem & Fabré (2004), “o número de espécies da bacia Amazônica ainda é incerto, sendo comum a descrição de novas espécies, mesmo sendo algumas delas já exploradas pela pesca comercial, e diversos grupos ainda carecem de uma revisão mais atualizada”.

A geografia agrária tem-se dedicado a estudos voltados para o entendimento desta ciência em sua nova forma, sob o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. A dissertação aqui exposta trata da questão pesqueira, onde estes pressupostos teóricos são indispensáveis para entender a realidade estudada.

Apoiamo-nos em postulados teóricos que interpretam a agricultura no campo brasileiro diante de um processo contraditório, tendo como base o sistema econômico capitalista, ou seja, as relações não capitalistas de produção. Desta forma, o capital não se territorializa e sim monopoliza o território em detrimento da renda da água.

Na composição desta dissertação, apresentar-se-á no primeiro capítulo uma abordagem da questão proposta dentro de um enfoque e uma retrospectiva histórica, além da discussão dos conceitos de território e territorialidade, que norteiam esta dissertação.

No segundo capítulo far-se-á a contextualização do processo de produção de espécies de peixe liso, realizadas pelos pescadores ribeirinhos não embarcados na comunidade Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal. A mão-de-obra empregada, temporária ou permanente, e o sistema de parceria será objeto de investigação dentro do contexto do modo de produção capitalista, embora de forma contraditória, onde o capital monopoliza o território em detrimento da renda da água.

O terceiro capítulo analisa a rede de comercialização do pescado capturado nas comunidades da área de estudo. A intenção é compreender a rede de intermediação efetivada pelas casas flutuantes na comercialização, bem como a relação com as indústrias frigoríficas.

Para a execução da pesquisa, utilizou-se metodologia adequada ao objeto a ser investigado: A pesquisa de campo, participativa, de abordagem qualitativa, e exploratória norteou esta pesquisa para alcançar os objetivos propostos. Porém, o levantamento bibliográfico foi imprescindível para se ter embasamento teórico

acerca da temática abordada e contato preliminar com os pescadores ribeirinhos da área de estudo.

Diversas foram as correntes teóricas que procuraram discutir sobre a agricultura. Apoiamo-nos em postulados teóricos que interpretam a agricultura no campo brasileiro diante de um processo contraditório na estrutura do capitalismo, ou seja, as relações não capitalistas de produção. Desta forma, o capital não se territorializa e sim monopoliza o território em detrimento da renda da água.

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a observação participante, que consiste na observação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. “ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (MARCONI e LAKATOS, 1996, p. 82).

A observação participante é útil para investigar os usos que serão feitos dos recursos (práticas de manejo), os usos do tempo pessoal, as instituições locais (regras informais) de gestão de recursos, os processos de interação e organização social, os padrões sociais, o contexto sociocultural etc. (VIEIRA, BERKES; SEIXAS, 2005, p. 86).

Esta técnica, portanto, enquadra-se ao objeto a ser investigado: o mundo das águas, vivenciado pelos pescadores ribeirinhos da área de estudo. Exige-se, realmente, a permanência em campo para apreensão dos dados e fenômenos observados na atividade pesqueira. Desta forma, o pesquisador aprende com os atores sociais envolvidos na atividade pesqueira, interagindo no seu dia-a-dia em diversas atividades no âmbito social, político e econômico, entre outros, participando diretamente das atividades desenvolvidas, gerando informações tanto qualitativas como quantitativas, simultaneamente.

Além desse procedimento, aplicou-se entrevistas semiestruturadas com os pescadores ribeirinhos, conforme os objetivos propostos. Para tanto, foram consultados os moradores da localidade sobre a disponibilidade de participarem da pesquisa, expondo-lhes, claramente os objetivos, informando-os sobre o termo de consentimento que deveriam assinar ao concordarem em fornecer informações relevantes para o desenvolvimento do estudo. Esse mesmo procedimento aplicou-se aos contatos institucionais e às indústrias frigoríficas do município de Manacapuru.

Quanto ao caráter das entrevistas, elas foram realizadas individualmente, sendo gravadas e depois transcritas para a realização da análise dos dados.

Durante a entrevista, o pesquisador guia os entrevistados para que eles abordem tais questões de forma aberta. “Trata-se de uma técnica flexível, na medida em que, a partir das respostas, novos assuntos (inesperados) podem surgir, passando a ser explorados durante a entrevista” (VIEIRA, BERKES; SEIXAS, 2005, p. 87).

A utilização de entrevistas semiestruturadas, abertas e fechadas, através de questionários e gravação dos relatos de vida dos pescadores, tornou-se indispensável para se obter uma melhor resposta aos questionamentos propostos. As fotografias dos processos de captura do pescado e tipos de instrumentos de pesca utilizados nas pescarias foi outra técnica utilizada.

A pesquisa foi realizada na localidade Costa do Laranjal (S: 03 18'21.1" W: 060 31'45.7") denominação dada em função de sua expressiva produção de laranja - Baixo rio Solimões -, situada no município de Manacapuru, Estado do Amazonas (Fig. 1).

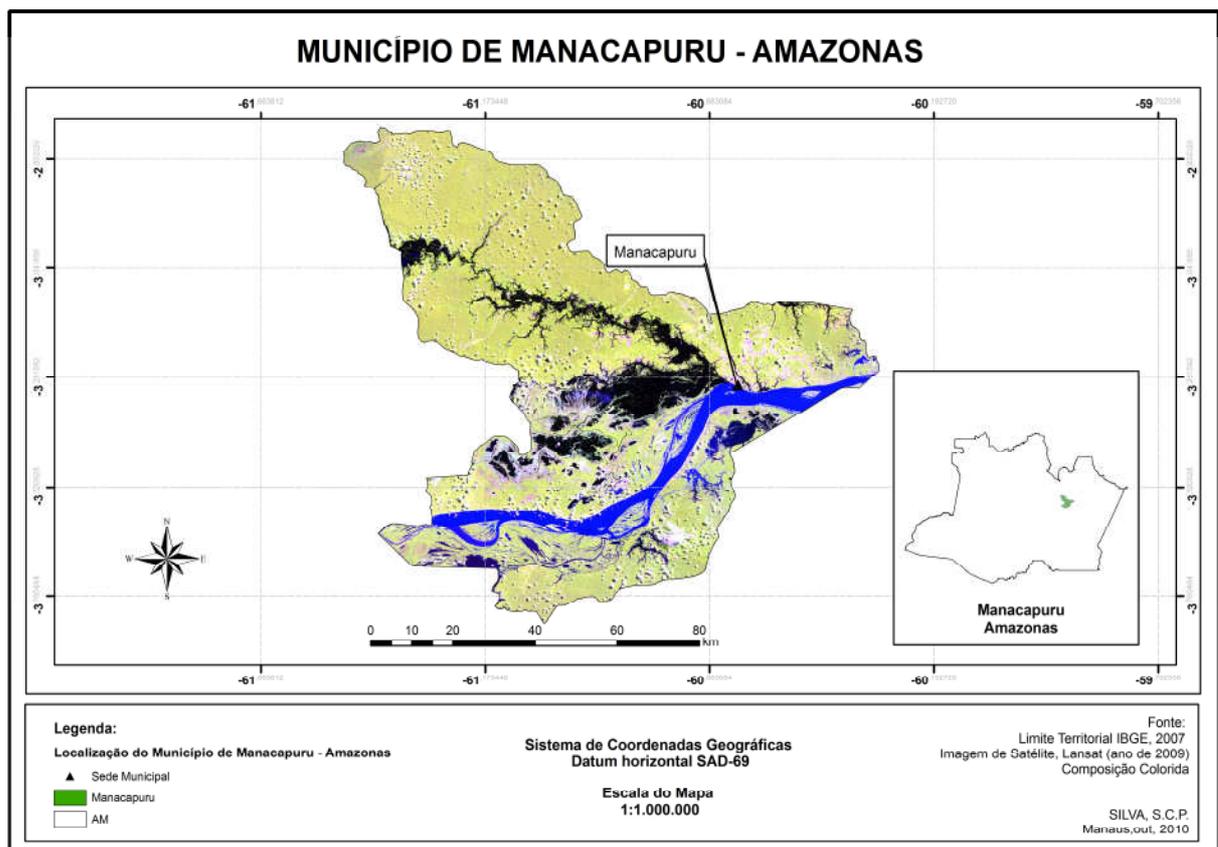


Fig. 01 – Mapa de Localização do Município de Manacapuru.

Nesta localidade encontram-se duas comunidades: Nossa Senhora da Conceição e Santa Ana da Costa do Laranjal – margem esquerda do rio Solimões - área de terra firme.

Utilizou-se o equipamento de GPS (*Global Positioning System*) para delimitar a área de estudo e os pontos de pesca dos espaços aquáticos delimitados pelos pescadores.

CAPÍTULO 1. DIVERSIDADE DA PRODUÇÃO NA COSTA DO LARANJAL: ASPECTOS HISTÓRICOS

1.1 O rio Solimões: riqueza ictiofaunica

O Estado do Amazonas possui uma rede hidrográfica de considerável importância para os povos que nele residem, destacando-se, neste contexto, a abundância de espécies ictias.

Segundo JUNK *et al.*, 1983) possuímos a mais rica e diversificada ictiofauna do mundo. Nenhuma bacia hidrológica possui tantos peixes quanto a amazônica. Justifica-se tamanha grandeza também em função da diversidade de ambientes aquáticos cujas propriedades físico-químicas determinam uma variedade incalculável de nichos ecológicos.

Os rios amazônicos, principalmente os de água branca, são reconhecidamente possuidores da maior diversidade de espécies aquáticas. O conhecimento tradicional desta atividade é um vetor que norteia fundamentos para o conhecimento científico, conforme aborda Ab'Saber (2003), ao citar Harald Sioli:

Harald Sioli elaborou minuciosos estudos hidrobioquímicos sobre os rios amazônicos dotados de cores tão diferentes. Vale dizer, ainda, que o conhecimento popular existente na Amazônia projetou-se para considerações ecológicas empíricas sobre o teor de piscosidade desses rios: os “brancos” sempre foram considerados mais ricos em peixes do que os “negros”. O mesmo acontece com a fertilidade das terras ribeirinhas: planícies fluviais dos rios brancos são tidas como férteis e seus lagos como mais piscosos; sua drenagem, mais rica em passagens, pela existência de furos, paranás e baixos vales de igarapés. (p. 70).

Diante da evidência, é possível reconhecer parte da diversidade de peixes encontrados na calha do rio Solimões e seus afluentes com potencial de exploração, tanto para a pesca com a finalidade de autoconsumo quanto para a prática comercial. Esta última, contudo, é mais explorada na calha do rio onde há maior variedade de espécies de peixes, tanto de escamas como os de couro ou liso (Bagres).

Percebe-se que há uma necessidade séria e urgente de estudos no sentido de aprofundar conhecimentos sobre esta diversidade encontrada principalmente nos rios de águas brancas.

A representatividade da ictiofauna amazônica é ser grandiosa, porém neste estudo o propósito é com relação às espécies de peixes lisos de valor comercial.

1.2 Principais espécies de bagres exploradas na pesca comercial

A pesca comercial é definida por Ruffino (1999), como “aquela que visa à comercialização da produção tanto intra e intercomunitária como para os centros urbanos e as geleiras que atuam na região”. Essas geleiras² são embarcações que efetuam a compra do pescado; no estado do Amazonas são conhecidas regionalmente como barcos de pesca ou gelador.

Esta atividade atualmente ocorre no rio principal, a pesca comercial enfoca principalmente a captura de espécies migradoras no canal do rio (Goulding, 1980)³. Embora seja praticada durante todo o ano, acontece em maior intensidade no período da vazante/seca dos rios.

Ressalta-se, porém, que as espécies de maior valor comercial exploradas no rio Solimões são as da ordem Siluriformes (Bagres) que, de acordo com Barthem & Fabr , (2004), representam 39% do total das espécies amazônicas. Esses autores destacam que:

As espécies exploradas pela pesca comercial e de subsistência foram contabilizadas por Barthem (1995) em mais de 200. Isto é um número ainda bastante preliminar, tendo em vista que novas espécies de peixes de grande porte estão sendo descritas (Britiski, 1981) e várias outras, que regularmente fazem parte do desembarque da maioria dos mercados amazônicos, apresentam dúvidas quanto a sua identificação. (p. 32-33).

Os bagres, por serem espécies, em sua maioria, de tamanhos considerados grandes, são os que apresentam maior valor econômico, porém seu consumo é raro entre a população ribeirinha, por diversas razões, principalmente relacionada a crenças e à mitologia local.

Os motivos para o não consumo foram variados: *“inflama né, se a pessoa tiver alguma ferida, algum...sangue reimoso, né, pode inflamar, aí, outros assim agita a*

² Denominação para os barcos de pesca no estado do Pará.

³ Mauro Ruffino *et al.*; Lago Grande de Monte Alegre: uma análise das suas comunidades pesqueiras. In Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: abordagem socioeconômica. Coleção Meio Ambiente. Ministério do Meio ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Edições IBAMA Brasília, 1999.

pele...e tal assim, essas coisas, tem coceiras, alguma coisa assim, né. (Pescadora ribeirinha). Esse fato já era observado por pesquisadores que percorreram a Amazônia e relatam tal experiência científica:

Os de pele, que nós lá, por uma sobrevivência da credence mitológica, relacionando por um paralelismo de formas exteriores caracteres animais e fatos patológicos ou morais, temos por nocivos, produtores de afecções herpáticas, são, entre mil outros: o surubim, o mapará, a piramutaba, o mandi, o jandiá, a pirarara, o bacu, o cuiú-cuiú, o sete-barbas, o pirá-bandira, o piranambu, o pirapeuaua, a piraíba, a arraia. (SMITH,1979, p.19).

Nas conversas de campo, constatamos que muitos ribeirinhos não consumiam peixe-liso devido à credence local e às experiências vivenciadas no cotidiano. Conforme essa crença, caso a pessoa apresente ferimento ou enfermidades, o consumo do peixe liso deve ser evitado por causar inflamação e irritação na pele.

Os peixes-lisos relatados com maior índice comestível foram: dourado, cuiu, pirapitinga, piramutaba, surubim e caparari, estes dois últimos tem a maior preferência com relação a consumo.

Outras espécies de peixe-liso, além do caparari ou surubim, são consumidas em caso de extrema necessidade por alimento conferidos no relato abaixo:

“A gente, quando é pra consumi, a gente consome, consome é que a gente fica numa época difícil aqui, né, mas a gente consome... principalmente o surubim, o caparari que é o peixe mais de ser usado aqui, né” (Pescador ribeirinho).

O consumo de peixe-liso se dá, tão somente, quando as famílias não dispõem de peixes de escamas ou outros alimentos, como relata um pescador ribeirinho: *“o cara necessita que nem toda vida que tem, né, as vez, o cara tá a míngua, aí, o cara pega, aí, o cara no vai passar fome com a comida né, aí, vai e come”*. Entretanto, todos os moradores da zona rural têm a opção de escolher a espécie a ser consumida, sendo um dos motivos para não haver o consumo de peixe liso, expresso na fala de um pescador ribeirinho: *“Não come por que tem diversas, né, tem o melhor, às vezes a gente pega tambaqui”*.

Para alguns depende da forma de preparo: [...] *“peixe liso só se for frito”* [...]. Para outros, o consumo só é possível quando preparado de um modo específico, o

que nas suas concepções torna o sabor mais agradável. Porém, *“peixe liso, miudinho não.” (Pescadora ribeirinha).*

Os pescadores, na maioria dos casos, não consomem aquilo que produzem, como foi visto, no caso da produção do peixe liso, mas evidenciam a necessidade da venda do produto extrativista para adquirir outros. Essa venda se transforma em renda que é revestida em outros bens de consumo, não produzidos por eles, *“a gente vende, praticamente, não come, mas pega o dinheiro pra sobreviver”.*

Constatou-se nas entrevistas que o peixe-liso não é apreciado para consumo na sua grande maioria, *“Aqui, acolá, só, eu não gosto muito não, nós faz mais é vender”.* A produção destina-se quase que exclusivamente para a comercialização, são consumidos, porém, em caso de extrema necessidade, por alguns entrevistados, como podemos verificar no gráfico 01.

Frequência de consumo de peixe liso pelos pescadores ribeirinhos

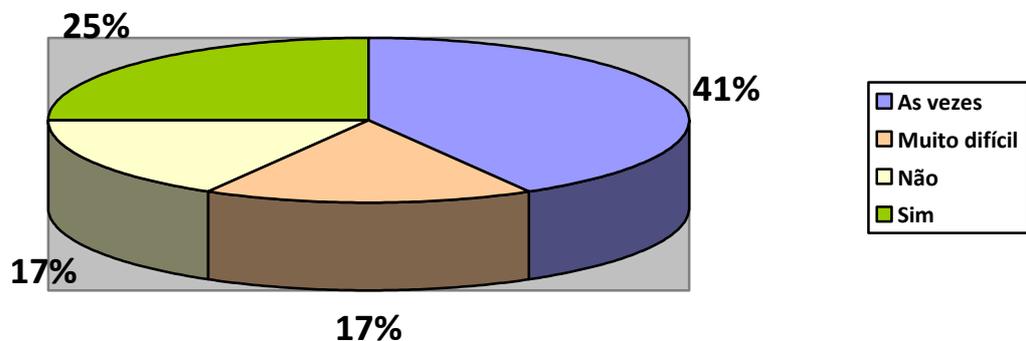


Gráfico 01: Frequência de consumo de peixe liso pelos Pescadores ribeirinhos.
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

O consumo de peixe liso ocorre ocasionalmente, pelo hábito tradicional e pela fartura de peixes de escamas no rio Solimões, tendo-se a opção de escolher o peixe, dentre as diversas espécies disponíveis, que têm melhor sabor. Os peixes lisos de maior consumo são o caparari e o surubim. A maioria das outras espécies é consumida em caso de extrema necessidade. Os bagres, por exemplo, são quase exclusivamente destinados à comercialização nos mercados locais.

Esses bagres são carnívoros, alimentam-se geralmente de peixes de escamas e outros de tamanho inferior ao seu. Esses peixes são também conhecidos como “fera”:

“A fera porque é...o pessoal diz.. a fera porque é um peixe liso, um peixe bruto, vem comendo tudo, né, vem comendo peixe miúdo, vem comendo... O pessoal chama de fera [...], todo peixe liso é fera, o pessoal que chama”.
(Pescador ribeirinho)

O período de captura deste grupo de peixes ocorre entre os meses de setembro e novembro que corresponde aos ciclos da vazante/seca, períodos bem definidos na região. Este grupo de espécies realiza migração para fins reprodutivos a partir do estuário amazônico até as nascentes dos rios, quase sempre localizadas em países fronteiriços.

A Amazônia passou por um processo de ocupação intenso na década de 60, até então esta era considerada uma região isolada do resto do país. Diversos projetos de desenvolvimento foram elaborados e direcionados para a região, porém apesar da filosofia de execução ser considerada *desenvolvimentista*, estes não levaram em consideração as atividades e potencialidades econômicas já trabalhadas pela população local; em suma desprezavam as raízes culturais locais e sua dimensão geográfica.

Nesta mesma época, mais especificamente no ano de 1962, o Governo Federal criou a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, autarquia subordinada ao Ministério da Agricultura, com o objetivo de prestar assistência técnica e financeira aos empreendimentos de pesca já existentes e estimular a implantação de novos mercados direcionados à atividade pesqueira no país. O reflexo desta criação foi a intensificação da atividade em diversos estados da Amazônia Brasileira.

Conforme Ruffino (2004) “O período de 1960 e 1988 caracteriza-se como uma etapa de significativo crescimento e expansão de todas as atividades produtivas na Amazônia”. Essa política ocasionou consideráveis mudanças em diversos segmentos econômicos e a atividade pesqueira foi beneficiada com os incentivos fiscais direcionados principalmente para a instalação das indústrias frigoríficas, como bem ilustra Melo (1973) ao dizer que todo o desenvolvimento do setor – e não se fala apenas à região amazônica – sempre dependeu de créditos e incentivos financiados diretamente pelo Estado.

Estas indústrias instalaram-se em Manaus e municípios adjacentes como Iranduba e Manacapuru, beneficiadas por incentivos fiscais:

As empresas de pesca conseguiram os seguintes benefícios: isenção de impostos sobre importação e de taxas aduaneiras para os materiais utilizados na captura, no processamento e na comercialização do pescado; isenção de impostos e taxas federais sobre a venda de pescado destinado ao consumo interno e à exportação; dedução do imposto de renda para investimentos em projetos de pesca (Brito *et al.* apud RUFFINO, 2005 p. 58).

Deve-se ressaltar que esses empresários que investiram no setor pesqueiro eram de outros setores da economia industrial. Com o declínio do extrativismo de juta (*Corchorus capsularis*) e malva (*Sida rhombifolia*), praticados na região, algumas comunidades da região amazônica, redirecionaram e concentraram suas atividades no extrativismo da pesca comercial, aumentando o esforço de pesca sobre o grupo de bagres no canal do rio, para manter e incrementar a renda familiar. O município de Manacapuru contribuiu significativamente com a produção do pescado no Estado do Amazonas.

Segundo Smith (1979), o aumento do esforço de pesca para explorar os estoques pesqueiros naturais de valor comercial ocorreu em função da explosão demográfica regional. A criação da Zona Franca de Manaus - ZFM e a abertura de rodovias, também foram fatores que impulsionaram o comércio regional e por conseguinte deram maior pressão sobre o extrativismo do pescado. Neste campo de exploração destaca-se a captura de bagres no baixo rio Solimões.

Dentre as espécies exploradas comercialmente na região, a piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum*) é a que apresenta maior tamanho. Para Goulding (1979), a falta de estudos específicos sobre este peixe gera controvérsias em relação ao tamanho e peso máximo que este pode atingir.

Em pesquisas realizadas em frigoríficos de Porto Velho, constatou-se a ausência da classe de peixes com tamanhos entre 20 e 60 quilos. Provavelmente essas classes foram exploradas intensivamente no período de 1971/76 e, assim, tiveram redução considerável em relação ao número de espécies e distribuição nas calhas dos rios da Amazônia.

Sobre a denominação dada a alguns peixes de filhote, os quais, possivelmente, não são da mesma espécie da piraíba, faltam, então, estudos taxonômicos que possam determinar isso.

Falabella (1994), em sua obra intitulada “A pesca no rio Amazonas – problemas e soluções” afirma que a piraíba atinge 2,5m de comprimento e peso de 140kg. É a espécie de maior tamanho encontrada nos rios de água doce da Bacia Amazônica.

Apesar de uma inquestionável variedade de espécies de interesse comercial, vale destacar a pesca da piramutaba, sendo uma das espécies mais capturadas na região Amazônica, por décadas, muito embora apresentando uma oscilação em volume de peso:

Piramutaba é o principal peixe capturado, em peso, na Amazônia, desde 1970. Os desembarques aumentaram em 1972, atingindo um pico de aproximadamente 29.000 toneladas em 1977. Posteriormente, diminuíram até 1992, mas desde então têm se recuperado, chegando a 20.000,00 toneladas. Uma vez que quase 30% da captura são rejeitados, tem-se sugerido que a captura total foi maior 1977 com cerca de 32.000 toneladas. (RUFFINO, 2005, p. 112)

Os bagres também conhecidos como peixes lisos pertencem a ordem Siluriformes. As principais espécies comerciais demonstradas no quadro 01 e figura 02, são capturadas ou exploradas principalmente na calha do rio principal. São migradores, embora muitos autores desconheçam, de forma precisa, suas rotas de migração. O quadro abaixo apresenta a relação de espécies de maior exploração no rio Solimões e a diversidade de espécies capturadas na área estudada.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Babão	<i>Goslinia platynema</i>
Cara-de Gato	<i>Platynemichthys notatus</i>
Caparari	<i>Pseudoolatystoma tigrinum</i>
Dourada-Zebra	<i>Brachyplatystoma juruense</i>
Dourado	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>
Mapará	<i>Hypophthalmus marginatus</i>
Pirarara	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>
Piracatinga	<i>Calophysus macropterus</i>
Piramutaba	<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>
Piraíba (Filhote)	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>
Zebrinha	<i>Merodontotus tigrinus Britski</i>

Quadro 1. Principais espécies (bagres) de interesse comercial.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.



BABÃO



CARA-DE-GATO



CAPARARI



DOURADA



DOURADA-ZEBRA



MAPARÁ



PIRACATINGA



PIRARARA



PIRAMUTABA



PIRAÍBA (FILHOTE)



Surubim



ZEBRINHA

Fig. 02 – Principais espécies de Bagres capturadas no Estado do Amazonas.
 Fonte: Santos *et al.*, 2006.

1.3 A produção familiar na Costa do Laranjal

O município de Manacapuru situa-se à margem esquerda do rio Solimões, com uma população de 73.695 habitantes, sendo a urbana de 47.662 e a rural 26.033. (IBGE, Censo 2000), com área de unidade territorial de 7.329, 24 km². A última contagem da população realizada pelo IBGE em 2007 assinala um crescente aumento da população para 82.309 habitantes. A sede do município está 84 km distante de Manaus, via terrestre, com as seguintes coordenadas geográficas: Longitude: -60° 37'15,60" e Latitude: -3° 18' 00,00". O acesso faz-se via terrestre, pela AM 070 – Rodovia Manuel Urbano e via fluvial pelo rio Solimões.

O município de Manacapuru tem como base de sua produção a agropecuária e a pesca. Na década de 1960 era considerado um dos maiores produtores de malva e juta (fibra) do Estado do Amazonas, produzidas nas suas várzeas em larga escala, para atender ao mercado externo.

Na década de 1980, com o surgimento das fibras sintéticas, e também em função da dificuldade de produção, a malva e a juta perderam mercado para a Malásia, sendo seu preço desvalorizado, mesmo assim, continua sendo comercializada, porém em menor escala. Desta forma, a pesca foi a alternativa encontrada pelos ribeirinhos para a sua reprodução social, como forma de trabalho.

Com o declínio da produção de fibras em função da concorrência com o mercado estrangeiro, os ribeirinhos passaram a exercer a atividade pesqueira, como forma de complementar a renda familiar.

A localidade Costa do Laranjal, área de estudo deste trabalho, localiza-se à margem esquerda do rio Solimões. Está dividida territorialmente em duas comunidades: Nossa Senhora da Conceição e Santa Ana da Costa do Laranjal. Tem como via de acesso o próprio rio Solimões; e terrestre, o ramal do Laranjal, Km 35 da rodovia Manuel Urbano – AM 070 (Fig. 03). O ramal está em boas condições de tráfego, há disposição de transporte regular de ônibus. Também há barco para locomoção dos moradores. Esses barcos são chamados regionalmente de “*motor de linha*”.



Fig. 03 Ramal do Laranjal – Acesso a localidade Costa do Laranjal. Abreu, 2009.

A localidade dispõe de infraestrutura básica: energia elétrica, escola, transporte coletivo, transporte escolar e transporte para produção agrícola. A água é captada de poços ditos *artesianos*, perfurados pelos membros das comunidades e funcionam com bombas de pequena voltagem, sustentadas pela rede de energia elétrica.

A economia está baseada na produção familiar, o que é contraditório no momento em que se analisa o modo de produção capitalista, já que os trabalhadores são donos dos meios de produção.

1.4 As comunidades rurais na Amazônia: um modo de vida diferenciado

O termo comunidade é recorrente no estado do Amazonas. Neste estudo pretende-se entender seu processo de formação e as relações sociais estabelecidas no interior destas. A palavra comunidade vem etimologicamente do latim *communis*, significa qualidade do que é comum e é dotada de múltiplos significados.

Um dos primeiros estudiosos dessa temática foi o antropólogo Charles Wagley, no ano de 1948. Sua área de pesquisa foi o estado do Pará. A obra deste autor intitulada “*Uma Comunidade Amazônica*”, retrata nitidamente essas peculiaridades da região amazônica, bem como a de seus habitantes, principalmente os das margens dos rios. Até então, a Amazônia era vista de forma “romantizada”, atribuindo-se à população ribeirinha o estereótipo de ingênuo, preguiçoso e outras denominações preconceituosas.

O uso de produtos industrializados, na Amazônia, era uma realidade desconhecida por muitos estudiosos, e ao chegarem a essa região descreveram um modo de vida diferenciado.

O homem contemporâneo da Amazônia compra artigos manufaturados nas fábricas modernas, viaja em vapores ou navios fluviais movidos a Diesel, conhece os grandes transatlânticos e aviões e depende dos caprichos de mercados distantes e de políticas governamentais; entretanto, grande parte dessa gente provê à sua subsistência com uma agricultura primitiva ou, mais propriamente, lavoura, caça e a pesca, com a extração de produtos naturais da floresta ou com um pouco de tudo isso. (WAGLEY, 1988 p. 83)

Apesar da notória contribuição de Wagley para os estudos do que é uma comunidade, as populações não se reconheciam como tal e não se constituíam comunidades na zona rural, enquanto organização social e política. Comunidade não é o mesmo que localidade⁴, pois nesta, pode haver mais de uma comunidade.

Esse conceito de comunidade no estado do Amazonas passou a ser construído como organização política dos povoados emergidos na zona rural, como forma de organização política, influenciada pela Igreja Católica através da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a criação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), em meados da década de 60 (século XX). Até este período não se ouvia falar em comunidades rurais na Amazônia, “No entanto, alguma forma de agrupamento social anual existia nas localidades onde um “Festejo de Santo” e sua irmandade ou um time de futebol requeriam uma organização permanente” (PEREIRA, 2004, p. 15).

As comunidades rurais de Manacapuru estão ligadas à Prelazia de Coari, que foi desmembrada da Arquidiocese de Manaus no ano de 1963 e instalada no ano de

⁴ Localidade está associada a unidade territorial mais extensa, na qual pode haver mais de uma comunidade. Em geral a localidade remete a uma toponímia muito antiga, enquanto comunidade está relacionada a uma toponímia recente. (década de 1960/70).

1964. É composta pelos seguintes municípios: Coari, Beruri, Caapiranga, Manacapuru, Codajás, Anamá e Anori.

A partir dos anos 1990, as associações de produtores familiares e governos municipais adotaram a fórmula original da Igreja e passaram a criar diversas “comunidades” que, por não possuírem uma base eclesial, não foram reconhecidas pela igreja. (PEREIRA, 2004, p. 15).

Conforme Dom Gutemberg Freire Regis (2001), da Prelazia de Coari, “há confusão entre “comunidade de moradores” e “comunidade de fé católica”, afirmando ainda que “há uma multiplicação de comunidades por vários motivos”⁵.

Muitas comunidades são formadas por agrupamentos familiares que não necessariamente pertencem a uma denominação religiosa, mas que necessitam de registro legal para a reprodução social e a inter-relação com agências de fomento e instituições públicas em várias escalas, em muitos casos são influenciadas por facções políticas partidárias para tal organização.

Essas comunidades são criadas para a reprodução da vida no interior da zonal rural. Seja qual for o motivo da sua criação, estabelece comunhão entre si, o princípio da partilha e “possui um acúmulo de experiências vividas e de conhecimentos, que devem servir de base para qualquer atividade de investigação em benefícios dela mesma.” (WITKOSKI, 2006, p. 472).

Assim, sabe-se que não é simplesmente um agrupamento de pessoas no espaço geográfico, mas sim, um modo de vida no interior da zona rural amazônica. Observou-se que suas relações sociais, culturais, religiosas e econômicas são peculiares, além disso, há solidariedade entre os membros, afetividade e ajuda mútua, resistindo ao tempo e ao modo de produção capitalista.

Mesmo inserido no modo capitalista de produção, permanecem com suas atividades produtivas familiares, não desprezando as atividades e costumes tradicionais, convivem socialmente entre o moderno e o tradicional. Neste sentido, o uso de maquinários e equipamentos modernos não os transforma em capitalista, isso acontece por uma necessidade de permanecerem reproduzindo seu modo de vida.

⁵ Para Dom Gutemberg Freire Regis (2001) “parece que o mais forte motivo para as divisões é para serem beneficiados pelos serviços públicos. O importante é que buscam a aprovação da paróquia para comprovar sua identidade de comunidade.

Este trabalho tem como área de pesquisa a comunidade Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal. Nesta comunidade, temos duas denominações religiosas, uma católica e outra evangélica, porém, este aspecto não interfere diretamente nos trabalhos ligados à pesca. No entanto, com relação à organização política existem divergências, pois os membros da congregação evangélica geralmente tem anseios diferentes daqueles da igreja católica.

As práticas religiosas acontecem regularmente obedecendo a rotina de cada templo. A católica com atividades no domingo e a evangélica no dia de quarta-feira pela manhã ocorre o culto das mulheres.



Fig. 04: Igreja Católica – Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal e escola da mesma denominação. Abreu, 2009.



Fig. 05: Templo Central Assembléia de Deus. Abreu, 2009.

As principais discordâncias entre os moradores, que seguem essas duas doutrinas estão relacionadas aos princípios religiosos. A comunidade é, em grande parte, e desde seus primórdios, dirigida por católicos e a relação com Estado é realizado via catolicismo. Um exemplo disso é a parceria que se firma entre Estado e religião, na ocasião das festas direcionadas aos santos católicos, o que gera desconforto em termos de destinação de recursos públicos para o entretenimento na comunidade, uma vez que a denominação evangélica não tem essa tradição, pois detém outros valores e crenças.

Os católicos acreditam nos santos. Desta forma, uma imagem é um significativo símbolo religioso; enquanto que para os evangélicos é simplesmente, uma escultura sem significado cristão.

Apesar das divergências políticas internas entre as duas denominações religiosas, no que se refere as atividades pesqueiras principalmente a pesca dos peixes lisos isso não acontece, pois a maioria dos pescadores é da mesma denominação religiosa evangélica, os que não são, tem sua opção religiosa respeitada pelos demais, pois isso não entra nas discussões do grupo.

A partilha é algo comum entre os membros de uma comunidade rural no Amazonas. Na Costa do Laranjal, objeto desta pesquisa, a partilha do que é conseguido na pescaria é fruto de acordo com a função de cada um dos que participam da campanha. (MALDONADO, 2000, p. 86). Entre os membros das denominações essa prática também ocorre, pois, a necessidade maior é o bem estar de todos.

Constituem-se, desta forma, territórios comunitários, pois se apropriam de uma área para a reprodução das relações sociais, constituídas ao longo da vida através do grau de parentesco, compadrio ou simplesmente laços de amizade consolidadas.

Nas Costa do Laranjal, a economia é baseada no cultivo de produtos agrícolas, atividades pecuárias e pesqueiras. A distribuição espacial das culturas agrícolas é diversificada em cada unidade produtiva familiar.

1.5 Diversidade da Produção – Terra e Água

Dentre as atividades agrícolas cultiva-se culturas permanentes, de uma forma diversificada, entre elas, podemos citar o cultivo de laranja, limão, acerola, cupuaçu, e manga (Fig. 06 e 07).

Alguns sentem a necessidade de plantar em maior quantidade e até mesmo sair da pescaria, porém não dispõem de recursos para isso. A vontade de sair da atividade pesqueira foi expressa apenas em um pescador, em função do naufrágio que ele sofreu, o que pôs em risco sua vida no rio Solimões.

O sistema de cultivo, desde a plantação até a comercialização envolve todos os membros familiares. Eles também trabalham no sistema de meia como podemos verificar no relato a seguir: *“Acerola, as vezes quando eu não posso apanhar, eu dou de meia com alguém”*. *“O pessoal apanha, os meus filhos mesmo apanha”*.

A localidade é destaque na produção de citros que são comercializados nas feiras do município de Manacapuru, e nas feiras da capital amazonense – Manaus. Em Manacapuru há um dia específico para a venda direta de citros ao consumidor, que é o dia de quarta-feira. Em Manaus, a venda é feita nas feiras dos bairros e, a cada quinze dias, vende-se nas feiras do Centro de Guerra na Selva - CIGS e na feira da Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR.

O objetivo da comercialização nas feiras é a venda da produção familiar em maior quantidade de forma direta para o consumidor final. Nestes locais de venda, tem-se a possibilidade de ampliar a rede mercadológica e a extração de renda, uma vez que se torna possível o contato com os mercados urbanos.



Fig. 06 Coleta de manga. Abreu, 2009.



Fig. 07 Os frutos coletados e organizados para a comercialização. Abreu, 2009.

A produção de laranja deve ser relacionada paralelamente a outras atividades, em uma combinação de atividades, consorciadas a criação de animais de pequeno, médio e grande porte, como alternativa de renda e consumo nos períodos de maior intensidade das atividades produtivas.

O maior entrave ao aumento da produção agrícola está relacionado à sanidade vegetal. Em função do clima da região, aliado à maior circulação de pessoas - resultado do asfaltamento da ramal que dá acesso as comunidades, levando vetores aos pomares - a proliferação de doenças e pragas ocorre com maior intensidade. A praga mais comum e prejudicial é a Mosca Negra (*aleurocantus woglumi*) na maioria dos pomares de citros da região amazônica. É uma praga quarentenária A2⁶, dentre a classificação fitossanitária. Na Costa do Laranjal não foi detectada a ocorrência desta praga, conforme dados técnicos fornecidos pela CODESAV/SEPROR.

Muitos dos núcleos familiares dispõem de assistência técnica oferecida pelos órgãos estaduais, principalmente relacionada a produção de citros. Com a intensa produção de laranja e a exigência do mercado consumidor, foi necessário

⁶ Conforme a CODESAV/ Manacapuru, as pragas Quarentenárias A2 são aquelas que estão presentes no país, não estando amplamente distribuídas e sob controle Oficial do órgão de Defesa Agropecuária.

investimento em uma polidora de laranja (Fig. 08 e 09), agregando valor ao fruto que é comercializado no município de Manacapuru e em Manaus.

Esse instrumento de trabalho é de propriedade particular, porém a comunidade é beneficiada mediante o pagamento de uma taxa para uso da polidora. Assim, cobra-se R\$ 12,00 o cento de laranja de tamanho grande e R\$ 8,00 o cento de laranja de tamanho médio. Além disso, o equipamento dispõe de quatro níveis de classificação, mas geralmente usam-se somente dois níveis.



Fig. 08 Polidora de laranja. Abreu, 2009.



Fig. 09 Polidora de laranja – Parte frontal. Abreu, 2009.

Algumas unidades produtivas das comunidades em estudo contratam trabalhadores fixos (a força de trabalho assalariada), quando a mão-de-obra familiar não é suficiente para a produção, porém, sem perder as características de uma unidade produtiva familiar, pois:

Para além da aparência da forma de assalariamento, é preciso considerar a realidade substancial da relação, mediante a análise da condição social das personagens envolvidas. Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em conseqüência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 43)

A produção de hortaliças também é significativa em ambas (Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal e Santa Ana da Costa do Laranjal) as comunidades, com o cultivo de diversas variedades de cultivares, como pimentão, cebolinha, maxixe, quiabo, batata, entre outras hortaliças e tubérculos.

Alguns realizam o cultivo protegido produzindo em estufas, conhecidas como casas de vegetação. É essa forma de cultivo exige cuidados técnicos e investimentos que estão além das possibilidades atuais dos interessados nesse tipo de cultivo. Essa técnica que, além de aumentar a produtividade, torna a plantação imune aos fatores externos do ambiente, chuvas intensas, ventanias e diminuição da ocorrência de pragas e fungos, ocasionando maior rendimento na produção.

Também a criação de animais de pequeno e grande porte é encontrada nas comunidades (Fig. 10 e 11), como alternativa de sustentabilidade para os comunitários. Destacam a criação de galináceas (de pequeno porte) e a de bovinos (de grande porte), sendo estes últimos criados em menor número, apenas para a retirada de leite funcionando como uma reserva monetária.

O gado bovino é vacinado duas vezes ao ano nos meses de maio e novembro, obedecendo à legislação vigente de Defesa Sanitária Animal do Estado do Amazonas, Lei nº 2.923/2004 e ao Programa de Erradicação da Febre Aftosa. Declaram a vacinação junto ao órgão oficial de Defesa Agropecuária do Estado do Amazonas – CODESAV/SEPROR-ULSAV Manacapuru (Fig. 10). Protegendo, os animais, os proprietários podem retirar o GTA (Guia de Trânsito Animal) e realizar o transporte com segurança sanitária para outras unidades produtivas ou para os abatedouros frigoríficos.



Fig. 10 Animais de grande porte - Bovinos. Abreu, 2010.



Fig. 11 Declaração de vacinação do gado contra febre aftosa. Foto: SEPROR/CODESAV 2009.

A criação de peixes é outro meio de vida/produção na localidade, porém é um investimento de longo prazo. Dessa maneira, enquanto aguarda o crescimento do peixe, trabalha concomitantemente na agricultura.

Aliada à produção do solo/terra, ocorre à produção na água (pesca comercial de peixe liso), que acontece em maior intensidade na comunidade Nossa Senhora de Conceição da Costa do Laranjal. O processo de produção ocorre através da mão-de-obra familiar, com eventuais contratações nos períodos de maior fluxo nas pescarias, mais especificamente na época da safra, onde os territórios de pesca aumentam sua dinamicidade.

Como vimos, a produção familiar segue uma diversificação necessária a sua reprodução, “sendo essa uma das explicações para a sua sustentação. [...] Distingue-se, nesse ponto, da lógica capitalista, por subordinar a avaliação do que é mais rentável não à situação de mercado, mas às próprias condições produtivas internas”. (PAULINO, 2006, p.197)

Toda essa produção representa uma forma de reprodução das famílias que trabalham além de outras atividades, com a pesca incrementando a renda familiar e com isso vivendo de forma mais confortável nas suas comunidades rurais onde o maior objetivo é o bem estar da família, e para isso é indispensável a diversificação da produção.

1.6 Território e Territorialidade: Múltiplas abordagens

Para que se possa entender o processo de apropriação das águas faz-se necessário uma abordagem conceitual de território e da territorialidade, porém temos uma ampla conceituação para esses termos, como abordagem de categorias Estado-sociedade-poder e mercado, porém utilizar-se-á as que melhor se aplicam ao tema proposto.

Foi com a etologia que o conceito de território apareceu no domínio científico. A primeira definição remota de 1920, com Howard, um ornitólogo inglês que passava horas estudando a vida social dos toutinegras⁷.

⁷ BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In. CORRÊA, R.L.; ROSENDAL, Z. (org). Geografia Cultural: um século. Rio de Janeiro: EdUEJ, 2002. (p.97).

Todavia, com o advento da Geografia Crítica e influência marxista, esse conceito foi adaptado para uma abordagem não naturalista, mas sim humanizada, considerando o uso social do território, a partir das relações de apropriação do espaço, onde se realiza um trabalho. Surge no universo geográfico diversos autores que trabalham com o conceito de território e as múltiplas abordagens:

A utilização do conceito de território e de outros conceitos correlatos – como territorialidades e territorialização – nas abordagens geográficas vem-se intensificando no Brasil a partir da década de 1990, surgindo novas e atualizadas leituras em torno do território e da importância de seus aspectos definidores como as relações sociais cotidianas, a multiescalaridade, o poder, e as diversas dimensões (econômica, política, cultural e ambiental) componentes do território. (CANDIOTTO & SANTOS p. 315 in SAQUET, 2009)

Raffestin (1993) faz reflexões sobre poder e mercado relacionado ao território e afirma que a ação das pessoas ou grupos no exercício do “poder de uma interação política, econômica, social e cultural [...] resulta de jogos de oferta e de procura, que provem dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território”. (RAFFESTIN, 1993).

O mesmo autor menciona que o espaço e território não são termos equivalentes. “O espaço é anterior ao território, pois o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa em qualquer nível)”. Define-se o território como sendo a delimitação de um espaço por atores que o territorializam a partir da apropriação.

Dentro da concepção enfatizada pelo autor, o território é tratado, principalmente, com ênfase político-administrativa, isto é, o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. O território, a população e os recursos são considerados por Raffestin como “trunfos”.

A produção do espaço, em virtude de suas relações, se inscreve num campo de poder. Neste sentido, a produção do território, onde o poder é relacional, está intrínseco em todas as relações sociais. Dentro de um sistema territorial, que é produto e meio de produção, temos uma “produção territorial”. Daí as relações de

poder com a inter-relação, tessitura, nó e rede. A tessitura é o próprio exercício do poder, podendo ser política, econômica, dentre outros.

Segundo Raffestin (1993), a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pela sociedade, tendo como base um sistema de relações existenciais e/ou produtivas e pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, tendo sempre o fator produção como referencial. Neste caso, essa territorialidade está relacionada a qualquer ator que venha a exercer relação em um nível mais micro, em um determinado território.

Retornando ao conceito de território, Manuel Correa de Andrade (1995) tem uma abordagem teórica sobre o assunto, na mesma lógica de Raffestin. Para ele, essa abordagem também está relacionada ao poder, no qual “a análise histórica é indispensável à compreensão da formação do território, da forma que se apresenta hoje”. (p.14).

Em ciências sociais, a expressão *território* vem sendo muito utilizada, desde o século passado, por geógrafos, como Frederico Ratzel, preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e também por Elisee Reclus que procurava estabelecer as relações entre classes sociais e espaço ocupado e dominado.

Para Andrade (1995) “O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área”. Desta forma para este autor, “deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder”, em suas diferentes escalas. Então, para ele, a “formação de um território dá às pessoas, que nele habitam, consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (ANDRADE, 1995, p. 20).

Assim entende-se que a territorialidade vem a ser, a materialização das ações no território, além das manifestações dos atores sociais que mantêm uma relação efetiva com os espaços aquáticos, onde manifestam-se seu trabalho para produzir mercadorias. Os espaços de pesca são, então, considerados espaços territorializados pelos pescadores de bagres.

Diante do exposto, nota-se que as porções de águas apropriadas pelo pescadores são, em suma, um território de pesca, pois se tem sobre ele um controle,

um domínio, exercidos pelos atores envolvidos na atividade do extrativismo dos recursos pesqueiros.

Para Rogério Haesbaert (2004), o território é analisado de forma integral, considerando-o como híbrido. O geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território em suas múltiplas dimensões entre as quais deveriam incluir a interação sociedade-natureza. Enquanto a ciência política enfatiza sua construção a partir de relações de poder; a economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o, muitas vezes, como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto força produtiva); a antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais; a sociologia a partir de sua intervenção nas relações sociais; a psicologia incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade. O autor, então, nos mostra os caminhos dados por outras ciências à noção de território, como por exemplo, nas ciências sociais, antropológica, dentre outras.

As concepções naturalistas do território discutem em que medida é possível conceber uma definição de território do ponto de vista naturalista, seja no sentido de sua vinculação com o comportamento dos animais, seja na relação da sociedade com a natureza. Dentro de uma concepção econômica, Haesbaert afirma que provavelmente a concepção mais relevante e teoricamente mais consistente seja aquela defendida por Milton Santos, em que o “uso” (econômico, sobretudo) é o definido por excelência do território.

O território, concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais. Trabalha com a idéia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada, ou seja, integrada.

O território, de qualquer forma, define-se, antes de tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. Hoje, poderíamos afirmar: “a experiência integradora” do espaço (mas nunca “total”, como na antiga conjunção íntima entre espaço econômico, político e cultural, porém num espaço contínuo e relativamente bem delimitado) é possível somente se estivermos articulados em rede através de múltiplas escalas, que muitas vezes se estendem do local ao global. Assim, fica evidente, neste ponto, a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como híbrido.

Para Roberto Sack (1986), a noção de territorialidade (que ele utiliza de forma muito mais freqüente do que território) é mais limitada: a territorialidade trata do controle de pessoas e/ou de recursos pelo controle de uma área.⁸ Além disso, “A territorialidade humana envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado”, mas ela é “melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada.”⁹

O espaço aquático representa o local de trabalho do ribeirinho, pois a utilização destes espaços apropriados é primordial para a efetuação de sua renda, neste caso, renda da água, como complemento a produção familiar em *terra*.

⁸ SACK, apud HAESBARTH, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro - Bertrand Brasil, 2004. p. 86.

⁹ Idem, p. 86.

CAPÍTULO 2. A PESCA COMERCIAL DE PEIXE LISO (BAGRES): A PRODUÇÃO DO PESCADO NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU

2.1 O trabalho na atividade pesqueira e a relação de produção familiar na comunidade Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal.

A atividade pesqueira no município de Manacapuru é uma alternativa de renda para diversas famílias que habitam a região. Na comunidade Nossa Senhora da Conceição, localizada na Costa do Laranjal, a pesca representa uma forma de trabalho intenso para inúmeras famílias que vivem na zona rural do município.

Os trabalhos direcionados para a pesca é desenvolvido com a mão de obra familiar, na figura do pescador, esta é uma “personagem ambígua da formação social capitalista”, como bem aborda Tavares dos Santos, pois aquele “ao mesmo tempo é proprietário dos meios de produção e trabalhador”.(1978, p. 140). No entanto, estas famílias estão sujeitas ao capital monopolista dominante na área estudada, pois, mantêm relação comercial com as indústrias frigoríficas que monopolizam o território de pesca e com a compra deste notável produto extrativista, assim, drenam a renda contida na produção.

A pesca é uma atividade de rendimento mais imediato para os pescadores da região. Sabe-se que o ribeirinho tem uma atividade de produção diversificada, ele planta, cria animais, desempenha diversos trabalhos diários e pesca. Sabe-se que esta última atividade, que é extrativista, o produto já está pronto - o pescado - ocasionando renda imediata a sua extração da água.

Já as outras atividades têm-se renda mais lenta, no caso do plantio, a colheita demora a ser realizada, pois, espera-se o desenvolvimento das plantas até a maturação dos frutos para a colheita e comercialização. Além desse fator, os preços mostram-se insatisfatórios com a venda. Por certo, a pesca é possibilidade de auferir mais renda, se comparada a outras atividades, pois é um produto pronto e se leva pouco tempo entre a captura e a comercialização e menos horas de trabalho.

A localidade Costa do Laranjal é um local estratégico, de fácil acesso tanto via terrestre como via fluvial. A comunidade Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal é um local de grande fluxo de pescarias, uma vez que, está localizada na margem do rio Solimões, rota das espécies de peixes lisos ou de couros, favorecendo o interesse das empresas que se instalaram no município de

Manacapuru, pois os pescadores fornecem os peixes para as indústrias após uma complexa rede de comercialização.

Vale ressaltar que algumas indústrias dispõem de barcos equipados com urnas de refrigeração disponíveis para a compra do pescado e balsas frigoríficas que armazenam o pescado comprado dos pescadores de peixe-liso nos rios percorridos e monopolizados.

Os empresários capitalistas do município de Manacapuru monopolizam o território de pesca e extraem a renda da água nas principais calhas dos rios amazônicos: Madeira, Purus, Solimões, Negro, Amazonas e seus afluentes; onde estão localizados os diversos lagos que servem de procriação para algumas espécies de peixes. Com relação ao fornecimento de peixe liso, o Solimões é o de maior representatividade.

Por outro lado, as indústrias, em alguns casos financiam a compra de flutuantes e embarcações para os proprietários das casas flutuantes, tendo estas o compromisso de fornecer o pescado já eviscerado e sem cabeça. Essa relação é importante tanto para os capitalistas quanto para os pescadores, pois aqueles fornecem matéria-prima para estes. Os pescadores nesta lógica de subordinação, fornece o pescado para as indústrias que, quando comercializado, é transformado em capital para os empresários do setor pesqueiro. Nesse contexto, temos uma contradição, pois, o capital não se territorializa. Ocorre a monopolização do território pelo capital, porém esse processo não é típico da relação de produção capitalista, pois:

É com a monopolização do território que é assegurada a transferência dessa renda a setores capitalistas, momento em que é convertida em capital, o que explicita a lógica contraditória do modo capitalista de produção, cuja expansão “além de redefinir antigas relações subordinadas à sua produção, engendra relações não capitalista igual e contraditoriamente necessária a sua reprodução. (Paulino, 2006, p. 30)

Desta forma, estas indústrias se beneficiam do trabalho dos ribeirinhos, ou seja, do pescado capturado. Este é convertido em mercadoria, que, ao ser vendido, é transformado em dinheiro” (CRUZ p.175, 2007).

Esses pescadores estão subordinados a processos impostos pelo próprio modo capitalista de produção. Isso acontece principalmente quando necessitam comercializar a produção, o pescador para a casa flutuante e o proprietário da casa

flutuante para as indústrias pesqueiras. Essas relações acontecem através de acordos pré-estabelecidos, logo, o monopólio do território se fixa mesmo antes das territorialidades no espaço aquático.

Nas atividades pesqueiras existem duas modalidades de transportes: o barco e a canoa de pesca. Os barcos pesqueiros podem ser de duas modalidades, como bem observa Ruffino em seus estudos sobre pesca na Amazônia:

Os barcos de pesca ou “pescadores” são embarcações que possuem a sua própria tripulação de pescadores. Os barcos “compradores” apenas percorrem as comunidades ribeirinhas ou locais de pesca, comprando pescado dos pescadores locais. Existem também barcos “mistos” que tanto levam pescadores como efetuam compras. Adicionalmente, o pescado pode ser transportado a portos de comercialização em caixas de isopor, carregadas por barcos de carga ou de transporte de passageiros. (Ruffino, 2004. p. 73)

No município de Manacapuru, além de barcos pesqueiros de diferentes modelos (Fig. 12 e 13) com diversas modalidades acima citadas, temos as grandes balsas frigoríficas que efetuam a compra de pescado em grande escala em diversos municípios como: Anori, Anamã, Autazes, Carauari, Coari, Fonte Boa, Itamarati, Itacoatiara, Jutai, Maraã, Tapauá, entre outros, que veremos mais adiante.



Fig. 12. Barco de pesca que também efetua a compra de pescado. Abreu, 2010.



Fig. 13. Embarcação pesqueira , este modelo de embarcação é mais utilizado no estado do Amazonas . Abreu, 2010.

No recorte geográfico deste estudo temos somente a pesca efetuada em canoas motorizadas (Fig. 14,15 e 16.).



Fig. 14. Canoa de pesca com motor ao centro. Abreu, 2010.



Fig. 15: Canoa com motor ao centro em estrutura de alumínio e lona. Abreu, 2010.



Fig. 16: Canoa com motor ao centro em estrutura de madeira e lona. Abreu, 2010.

Neste estudo, a preocupação centrou-se na modalidade de pesca dos não embarcados, ou seja, dos pescadores que utilizam canoas a remo ou motorizada para as atividades haliêuticas.

As canoas motorizadas são distribuídas na área de pesquisas em três modalidades: Canoa rabeta¹⁰, voadeira¹¹ (canoa com motor de maior potência, geralmente canoa de alumínio) e canoa com motor acoplado ao centro da canoa (esta conhecida por Honda). O que vai diferenciar uma da outra é a máquina e a forma como são utilizadas. Essas canoas são confeccionadas na grande maioria na própria comunidade, com o trabalho de carpinteiros locais ou vindos de outras localidades para este trabalho exclusivo.

¹⁰ Canoa com motor acoplado na popa, com um grande eixo estirado para fora com suporte para a hélice, daí a denominação “rabeta”.

¹¹ Canoa de alumínio com motor acoplado na popa.



Fig. 17 Canoas confeccionadas na comunidade. Abreu, 2009

O trabalho desenvolvido na pesca é geralmente desenvolvido com os membros da família, pai, filho, esposa, sobrinho e enteado. Quando os membros da família não são suficientes, trabalham em forma de parceria com outros pescadores que também estão na mesma situação, ou que não possuem familiares na comunidade.

As atividades de trabalhos são definidas conforme o ciclo hidrológico. No período da seca dos rios, por exemplo, os trabalhos na pesca são mais intensos, conserto e confecção de equipamentos/apetrechos, canoas, barcos e casa flutuante. Na época das cheias dos rios, os trabalhos direcionam-se para a agricultura, principalmente, para o cultivo diversificado de produtos agrícolas para autoconsumo e para o mercado. Assim, a estratégia de produção é bem definida, de forma que se tenha sempre renda para suprir as necessidades básicas da família.

O custo operacional da pescaria não exige, por parte dos pescadores, a contratação de mão de obra permanente, uma vez que os membros da família é que se empenham nesta atividade e, quando necessário, trabalham em parceria.

Para a extração do pescado, são utilizados diversos instrumentos de trabalho, o principal utensílio utilizado é rede de emalhar, com malhas diversificadas para

cada espécie que se pretende capturar (gráfico. 02). Utiliza-se, também, o anzol, a linha de pescar, o espinhel, dependendo da espécie que se pretende capturar e do tempo disponível para as pescarias.

Na pesca comercial, para a captura de bagres, é usada principalmente a rede de arrasto, por ter maior resistência e maior poder de captura em termos quantitativos. Durante o período da safra (fábrica) o esforço de pesca intensifica-se, assim como aumenta o número de pescadores no lanço.

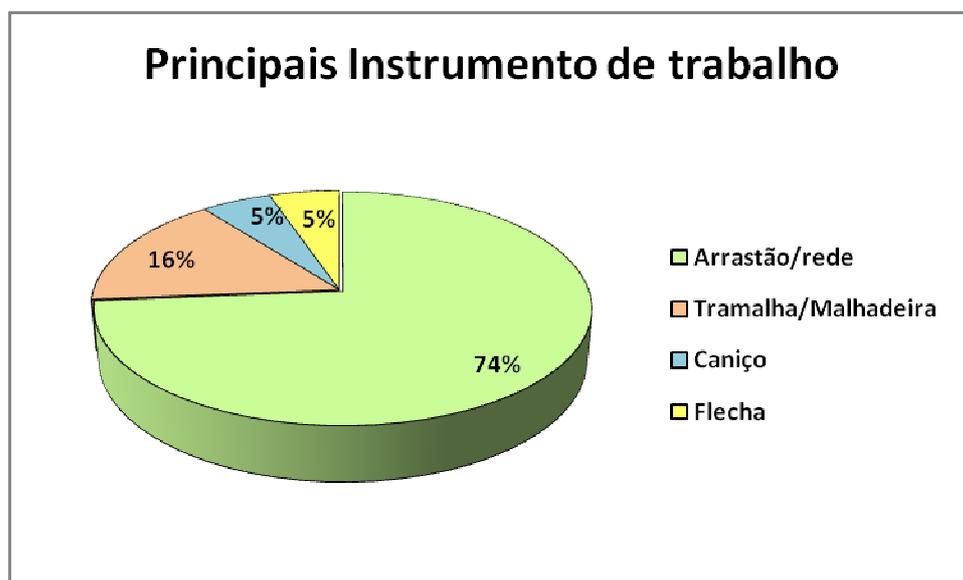


Gráfico 02: Principais instrumentos de trabalhos utilizados na pesca.
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os instrumentos utilizados no processo de captura são de propriedade dos pescadores ribeirinhos. A canoa mais utilizada é a com motor ao centro da canoa, medindo em torno de 5m e são, na maioria, de madeira, permitindo redução no tempo de percurso nas atividades pesqueiras. Esse tipo de embarcação é comum na Amazônia e é a mais utilizada, devido ao baixo custo de manutenção.

Os pescadores ao sair para a atividade da pesca no lanço não levam gelo nas suas canoas, pois, o peixe liso suporta horas fora da água sem conservação. O tempo gasto na extração dos peixes e retorno à casa flutuante dura, em média 40 minutos, garantindo, peixes frescos e geralmente vivos para a venda nas casas flutuantes.

Os financiamentos para a atividade pesqueira ocorrem principalmente através da colônia e cooperativa de pescadores, e destinam-se a compra de utensílios de pesca. Já os proprietários das casas flutuantes recebem ajuda financeira dos

proprietários dos frigoríficos no período da safra, para custeio da atividade, compra e conserto de equipamentos, barco e canoas.

Os valores recebidos pelos proprietários de casa flutuante chegam a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e são para a troca de embarcação. Quanto ao contrato geralmente é firmado apenas de forma verbal, mas com recibo assinado no ato da negociação e do recebimento dos valores monetários.

Através desse acordo não formal, os proprietários das casas flutuantes têm o compromisso de comercializar o pescado com as indústrias da qual se beneficiam financeiramente. À medida que vendem o pescado é debitado 20% do valor do financiamento até quitação do valor emprestado. Desta forma, o proprietário da casa flutuante fica condicionado a vender a maioria do seu produto extrativista pesqueiro para a indústria financiadora.

2.2 Sistema de produção e a socialização na atividade pesqueira

Como foi dito, o trabalho desenvolvido na pesca é geralmente realizado pelos membros da família e agregados, o que não significa que para pescar na comunidade necessite de propriedade em terra, basta conhecer algum membro desta para se integrar ao grupo, tendo grau de parentesco ou não.

A prática da ajuda mútua está presente na comunidade, entre os pescadores, que quando necessitam de auxílio nos trabalhos que não conseguem executar individualmente, seja na pesca, atividades agropecuárias ou em outros tipos de trabalhos (Fig. 18), contam com outros membros da comunidade para prestar auxílio necessário, sob forma de mutirão, assim relatados por um pescador: *Às vezes, assim, na pescaria mesmo assim, a gente, às vezes, um precisa do outro, a gente dá uma ajuda, depois ele ajuda a gente também. Trabalho de arrastão, pra tecer às vezes, entralhar.*



Fig. 18 Mutirão para transportar madeira pescada no rio Solimões. Abreu, 2010.

“A ajuda mútua aparece aqui como um processo grupal, concorrendo às pessoas espontaneamente para prestar o auxílio necessário” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 35).

Porém, apesar de presenciar o trabalho executado através da ajuda mútua, vimos que esta relação está desaparecendo no meio rural.

Um fator a ser considerado diante das mudanças nos processos das relações de trabalho na atividade pesqueira é o emprego da mão de obra feminina. Nas atividades extrativistas de pescada, desenvolvem-se atividades mais leves, quando precisa retirar o lanço “puxam” a tralha das bóias, “contribuindo assim, e na medida de suas forças, com o trabalho familiar” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 33). Anteriormente, a mulher apenas cuidava dos afazeres domésticos, agora, diante da necessidade de mão de obra, a mulher ganha espaço nesta atividade anteriormente destinada somente aos homens.

A mulher também contribui tecendo as redes ou fazendo os reparos nelas e ainda contribuindo com outras atividades correlatas. Então, as mudanças não ocorrem somente nas relações de trabalho, mas também na abertura de espaço para a mulher enfrentar outros afazeres, além do doméstico.

As mulheres geralmente acompanham os companheiros nas pescarias, porém mais no período diurno, são raros os casos que elas pescam à noite. Também contribuem no conserto dos equipamentos de pesca, alternando entre os trabalhos domésticos e os trabalhos relacionados à pesca (Fig. 19). Mas nem sempre as mulheres vão pescar, pois como relata um pescador, elas: *“não tem costume, não sabe”*.

A pesca movimenta toda a família. Notou-se em campo, por exemplo, que as mulheres preferiam ir à pesca a ficar em casa ocupada com os afazeres domésticos; por serem tarefas rotineiras, enquanto que a pesca é uma atividade dinâmica e reconhecida.



Fig. 19. Mulher em pequenas tarefas: preparando material para entralhar a rede de pesca ao mesmo tempo em que cuida da criança. Abreu, 2010.

Os trabalhos que não são desenvolvidos na água, como concerto de malhadeiras, reparos e preparação de material, são legalmente reconhecidos conforme o Decreto-Lei 11.959 de 29 de junho de 2009, que criou o ministério da pesca, institui no seu Capítulo III , seção II, Art. 4º da Atividade Pesqueira:

Art. 4º. A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exportação e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para efeitos dessa Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

A criação desta Lei beneficiou aqueles ribeirinhos que trabalham envolvidos com a pesca, principalmente as mulheres, que desenvolvem atividades fora da água e contribuem de forma relevante para o desenvolvimento das atividades pesqueiras.

Desta forma, temos outra configuração na legislação brasileira, diante da problemática que envolve a atividade pesqueira. Esta Lei representou um avanço no setor, pois legaliza a situação de membros da unidade familiar que não desenvolvem as atividades na água, ou seja, não praticam o ato de pescar, mas contribuem com o trabalho pesqueiro, desenvolvendo outras atividades relacionadas ao setor, como confecção e conserto de apetrechos de pesca.

As crianças também participam das atividades produtivas na água e na terra. Pescam quando estão livres das atividades escolares, ou no período inverso ao das aulas, acompanham as pescarias em menor intensidade, são “iniciados” na pesca desde cedo para aprenderem o ofício dos pais, tudo começa com pequenas brincadeiras nas proximidades dos flutuantes. (Fig. 20 e 21).



Fig. 20. Criança brincando nas proximidades da casa flutuante. Abreu, 2010.



Fig. 21. Prancha de madeira confeccionada no com uma prancha flutuante. Abreu, 2010.

CARDOSO (2001), durante sua pesquisa no litoral brasileiro, já observava essa interação das crianças nas pescarias em companhia da família:

A família nuclear e extensa representa a primeira instância da formação dos pescadores. Imbricados nas relações de parentesco, meninos e meninas iniciam-se nas atividades da pesca, de uma forma lúdica que vai dando lugar a pequenas obrigações e a um ofício incipiente. Esta iniciação pode ser concomitante a um processo de escolaridade formal, nas localidades que oferecem esta possibilidade às crianças, porém tal aspecto não é imprescindível para a iniciação nas pescarias. (Cardoso, p.38, 2001)

Nos flutuantes estudados, se mesclam as obrigações e brincadeiras entre os membros familiares, numa interação em diversos níveis entre seus membros, como bem observa Cardoso (2001) “A iniciação na pesca perpassa vários níveis de parentesco e as teias de relações que se estabelecem nas comunidades pesqueiras, fundamentais na socialização da criança no mundo da pesca”.

Como podemos ver em diversas regiões do Brasil a iniciação obedece a mesma lógica, as crianças não são exatamente trabalhadoras, mas aprendizes de pesca. Em conversas informais de campo na área da pesquisa, principalmente com as mães das crianças notamos que acontece da mesma forma essa realidade, uma prática costumeira, necessária à reprodução social da família que vive na zona rural. Desta forma “A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementa-se através do processo de socialização das crianças”. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 44).

Por conta disso, essas famílias ribeirinhas são alvos de críticas, por parte dos moradores da sede do município de Manacapuru. Ao atracarem o porto da cidade, alguns até chamam os pais de *exploradores de crianças*, elas o fazem por não conhecer que essa prática nos rios da Amazônia, assim como em outros lugares, além de ser uma forma de reprodução social, é também uma forma de interação da criança ribeirinha com as atividades da família.

A força de trabalho empregada na pesca, além da familiar e grupo de vizinhança, também atrai pessoas de “fora” que procuram o “dono do lanço/casas flutuantes” para aprender o ofício da pescaria e trabalhar no lanço.

“Vem alguém de Manacapuru procurando trabalho e o trabalho que tem é pesca aí pesca um daqui e outro de fora e ainda vem mais canoeiro daí de fora também que vem e pesca aqui no fabrico com a gente” (Proprietário de casa flutuante).

Constatamos que alguns desses “forasteiros”, que procuram trabalhos na pesca, não se adaptam a atividade no rio e desistem retornando as suas origens.

Conhecemos um trabalhador da pesca que deixou o emprego na capital para se envolver na atividade pesqueira, se juntou ao grupo do lanço, comprou equipamentos e canoa, mas estava se retirando da atividade da pesca para retornar a sua atividade de profissão em outro local.

Sempre aparecem pescadores de municípios vizinhos a Manacapuru para pescar no lanço da Costa do Laranjal, geralmente são conhecidos, conterrâneos dos proprietários das casas flutuantes ou de outros pescadores do local, como relata um pescador:

“É da cidade, do interior também, lá pro lado do Anori sempre vem, às vezes, vem os meninos, aliás, tão até trabalhando aqui, com a gente, aí, eles pescam, os filhos deles pescam, são parentes nossos aí”. (Pescador ribeirinho)

Verificou-se nesta pesquisa que os laços familiares são determinantes na constituição do lanço, o que se estende aos conhecidos e amigos dos pescadores do lanço da Costa do Laranjal.

Os instrumentos/material utilizados na pesca, geralmente, são de posse do próprio pescador conforme respostas da maioria dos entrevistados, que são: a canoa, remo, cacete e o terçado, malhadeira, arrastão e rabeta (Honda). Um mesmo pescador pode ter mais de uma canoa equipada para a pescaria, desta forma fica disponível para trabalhar em parceria com outros pescadores que não dispõem de utensílios:

“Se eu botasse mais rede eu posso pegar gente de Manacapuru pra vim pescar aqui”. (Pescador ribeirinho)

O que vai determinar a quantidade de pescadores é o número de “redes” que cada um dispõe para “lançar no rio” e extrair a renda da água.

A tramalha é a rede de pegar peixes de escamas, porém se tiver uma malha maior também captura peixe-liso. Essa informação é assim relatada nas entrevistas pelos pescadores de bagres: *“sendo a malha graúda, ela pega” (sic) sim, a gente ata principalmente ali na praia, né, tem áreas ali que a gente ata ela, não é só o arrastão não, mas como a tramalha da malha graúda, né”*.

O arrastão é o principal utensílio utilizado para a captura dos bagres, o tamanho da malha da rede varia de 70 mm a 90 mm dependendo das espécies que se pretende capturar, confeccionadas com linha de nylon nº 36, a de malha 70mm é mais usada para pegar piramutaba na época de migração desta espécie, que torna-

se um momento de grande movimento nos lanços, com barcos vindos de vários lugares para aguardar sua passagem e sua captura. No momento da passagem do cardume, as regras são desfeitas e pescadores transitam nos lanços posicionando-se para um melhor aproveitamento das pescarias.

Os investimentos utilizados na confecção dos arrastões são altos considerando os padrões locais. Compra-se o pano para a confecção do arrastão ou pode ser confeccionado pelo próprio pescador, mas isso demanda tempo, então, preferem comprar o pano pronto.

Geralmente uma canoa com motor e uma rede de arrasto saem pelo custo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), em média, o que inviabiliza a compra por parte de alguns pescadores, cujo desempenham a atividade há pouco tempo e não dispõe de recursos financeiros para o investimento necessário a pesca.

2.3 O sistema de parceria na pesca: a campanha

Quando os membros das famílias não são suficientes, para as atividades na pesca, o trabalho é feito em forma de parceria com outros pescadores da vizinhança que também estão na mesma situação, ou seja, não dispõe da força de trabalho suficiente para a saída para a pescaria, outra alternativa é a parceira com pessoas de lugares vizinhos ou da cidade de Manacapuru.

A gente quando tem, assim, da família, né, quando não contrato outras pessoas, chama outras pessoas pra pescar com a gente. (Pescador ribeirinho)

A parceria é necessária para a reprodução social da família, uma vez que nesse sistema de trabalho desenvolvido na pesca, a distribuição da renda obtida nas pescarias ocorre depois da retirada das despesas. A divisão ocorre em sistema de partes, em um percentual de um terço, para os envolvidos, sendo que o proprietário da canoa fica com dois terços da renda. Caso ocorram engates e venham a danificar a rede ou até mesmo a perda total, a divisão das despesas ocorre da mesma forma.

Caso os “*parceiros*” não sejam proprietários das canoas, a divisão ocorre em duas ou três partes, pois os proprietários, pescando ou não, dispõem de renda garantida, se houver sucesso nas pescarias. Este ganha mesmo que não

acompanhe as pescarias, apenas pelo fato de ter posse da canoa e instrumentos de trabalho.

Às vezes a gente faz por dia 150 reais, aí, divide, por exemplo, em sou o dono da canoa com a rede, por exemplo, então, eu ganho 100 reais e dá 50 pra pessoa que a gente contratou (Pescador ribeirinho).

100 reais e 50 pro parceiro. Aí quando eu estou na canoa os dois vão pescar, aí dão a minha parte e dividem entre ele (Pescador ribeirinho).

Com referencia aos parceiros, alguns são fixos na campanha, outros podem ser absorvidos principalmente no período da safra correspondente aos meses de agosto a novembro, quando há necessidade de mão de obra disponível para a captura das espécies:

Há, aí, não tem gente certo, né, porque eu vou e tem que ter outro parceiro né, e aí a gente tem que arrumar e, aí, vai uma semana, eu vou, aí, vai outra pessoa comigo. (Pescador ribeirinho).

A gente divide em três parte o dinheiro e, aí, no caso, como eu sou o dono, eu fico com duas partes e o meu parceiro fica com uma (Pescador ribeirinho).

Na Comunidade Nossa Senhora da Costa do Laranjal, os moradores desenvolvem atividades diversificadas, como já citadas, mas a pesca é a mais lucrativa para muitos, e as parcerias são indispensáveis quando os membros das famílias não são suficientes para os trabalhos na época da safra dos produtos agrícolas e principalmente para a pesca do peixe liso.

A campanha é uma denominação local para as equipes/duplas de pescadores que trabalham no lanço. Em cada “campanha” saem para pescar dois pescadores, que são “*parceiros de campanha*” podendo ser certa a equipe ou organizada pouco antes de sair para o lanço. O tempo gasto na pesca corresponde a um período de, no máximo, uma hora de pescaria. O pescador lança sua rede nas água e volta para o flutuante, descansa, se alimenta, conversa e depois retorna para então puxar a rede.

A “campanha”, combinadas anteriormente ou não, tendo em vista que podem ser formadas na hora da saída para o lanço, é composta por dois pescadores e tem a seguinte definição local:

“Aqui, o que nós chamamos de campanha é o seguinte: É uma canoa dessa aí com uma rede e a Honda e as duas pessoas, aí, nós formamos uma campanha. (Pescador ribeirinho)”.

“É a campanha, nossa aqui é essa, a rede, a Honda, a canoa e os dois pescadores, essa é a nossa campanha. (Pescador ribeirinho)”.

As idéias construídas sobre campanha convergem entre os pescadores, sendo que ambos referem-se aos instrumentos e estratégias usadas para a captura do pescado. Destacam-se assim as diversas percepções do ambiente onde vivem e retiram sua renda, onde cada um verbaliza seus pensamentos de acordo com as vivências ocorridas ao longo do tempo, as quais possibilitam um aperfeiçoamento dos utensílios de pesca.

O pescador conhece o limite até onde deve ir com a pescaria. Sabe por meio da prática, porque visualiza a rede baixando o rio, além de analisar a mediação, baseando-se sempre em elementos naturais como delimitador de fronteira. Sabe onde puxar a rede, pois se ultrapassarem os limites, a rede encontra obstáculos, como paus e pedras no fundo do rio, assim, vai gerindo seu espaço de ação, no qual “é preciso ter sutileza e habilidades, pois cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidades(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas”. (SAQUET, 2007, p.24)

2.4 A espera da “vez”

Esses espaços aquáticos passam de livre acesso para o uso restrito por membros da comunidade, como forma de controle da área e regras de uso.

A organização para a saída para o lanço é feita através do sistema de “vez”. Chegando no flutuante, de onde saem as equipes para o lanço, as campanhas têm que esperar a sua “vez” para, então, sair para “*soltar o lanço*”.

O lanço da Costa do Laranjal ocorre em área de grande extensão, onde pescam até três campanhas ao mesmo tempo, na seguinte distribuição: “meião” “médio” e “da praia”, também conhecido lanço do escorrega na época da seca. O lanço, assim, fica dividido em três áreas de pesca.

Na hora de jogar o lanço, tem que esperar os outros “*parceiros*” lançar a rede (arrastão) no rio e esperar “*descair*”, para não se sobrepor uma rede com a outra e causar prejuízos aos pescadores. O lanço por ser bem extenso permite até três

campanhas em atividades ao mesmo tempo “*um no meio, no médio e outro na praia*”, ou seja, três canoas e seis pescadores que trabalham com os membros familiares em forma de parceria, pois quase não se pesca sozinho.

parcerage... então só de uma pessoa o cara vai, mas sofre muito, por que pesa muito, até pra jogar é ruim. Para puxar o certo é dois por que é duas tralha; é uma do chumbo e outra da bóia, aí então, um vai na tralha do chumbo e outro na tralha da bóia puxando, aí, o ideal é dois (pescador ribeirinho).

O trabalho nesses espaços territorializados não chega a ser exaustivo, somente na época da safra, porém durante o resto do ano, eles determinam como irão trabalhar, ou seja, onde vão jogar o lanço.

2.5 O lanço: territórios da pesca

Vários são os espaços territorializados no rio Solimões, isso se dá pela necessidade de proteger seu local de trabalho, o que para a população cabocla e/ou ribeirinha que vive a sua margem é uma necessidade, já que o rio Solimões faz parte de suas vidas. Estes espaços, que são uma porção dos territórios de pesca, são delimitados pelos pescadores e denominados de lanço. Inicialmente, a pescaria era de acesso livre, pois tradicionalmente o rio principal, como o Solimões, apresentava essa forma de uso. (CRUZ, 2009 p. 255)

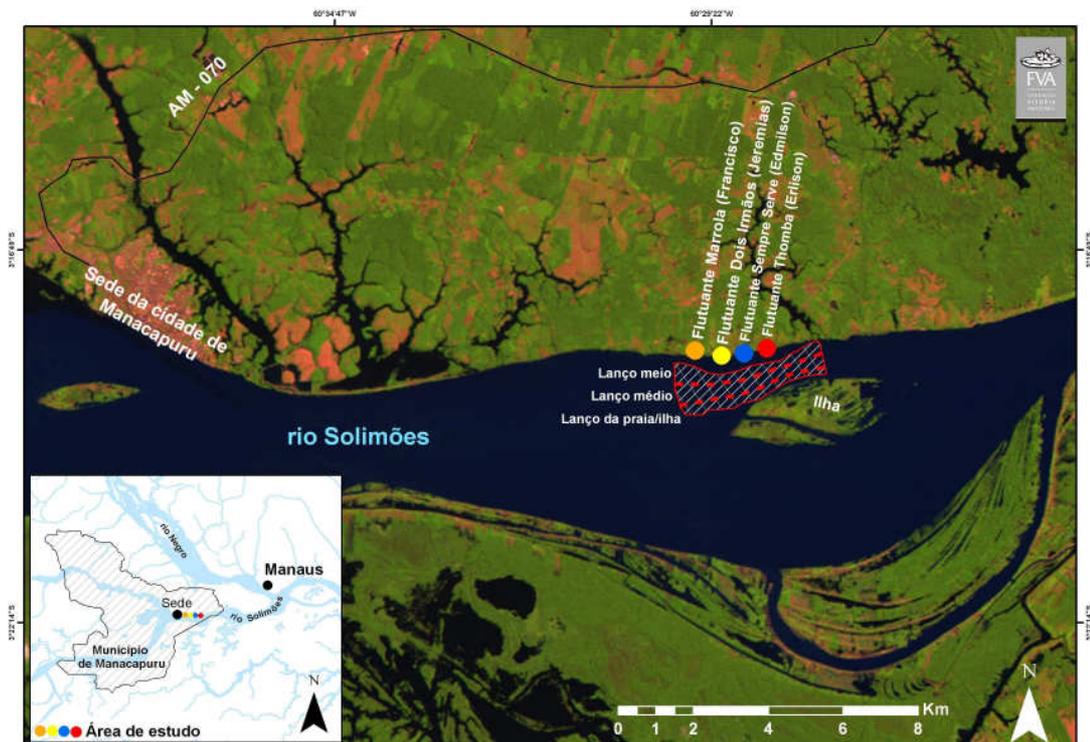


Fig. 22 Mapa de delimitação do lanço.

Fonte: FVA

Org.: Abreu, 2010.

A delimitação dos territórios de pesca é importante para que os pescadores tenham uma gestão sobre as águas, que são águas de vivência e águas de trabalho, pois ali realizam também sua atividade de pesca com a finalidade comercial. O território vai sendo construído através do trabalho e apropriação nas águas do rio Solimões.

Os ribeirinhos, possuidores de conhecimentos tradicionais e inovadores, exercem territorialidades para garantir seu espaço de produção nas águas do Solimões, pois, o aproveitamento dos recursos é uma forma de garantir renda o ano todo.

Conforme Saquet (2007) “são as forças produtivas que é as relações de produção, na expansão do capitalismo, que configuram o território. Essa organização é mediada por relações políticas, que envolvem os conflitos oriundos das relações capital-trabalho”. Para o mesmo autor, “território num primeiro plano, é um produto socialmente organizado e, num segundo, é condição para a valorização do capital”.

Observamos que o resultado do trabalho proveniente da exploração dos recursos naturais e a consequente delimitação do território, onde o pescador exerce

a territorialidade, tem como objetivo principal o de extrair a renda para o sustento familiar.

É no lanço que o pescador desenvolve sua atividade extrativista pesqueira, com trabalho intenso nas águas. Esses espaços aquáticos territorializados pelos pescadores são muitas vezes objeto de conflitos por parte de pescadores externos à comunidade, pois, para se ter acesso a esses espaços de pesca, faz-se necessário ser membro da família ou estabelecer uma relação de extrema amizade e consideração com os pescadores.



Fig. 23 Lançando a rede de pesca. Abreu – 2009

Esses espaços territorializados são, de certa forma, um território pelo qual se tem um domínio, uma territorialidade estabelecida pelos pescadores com a pretensão de exploração econômica dos recursos naturais para extrair a renda para o sustento da família

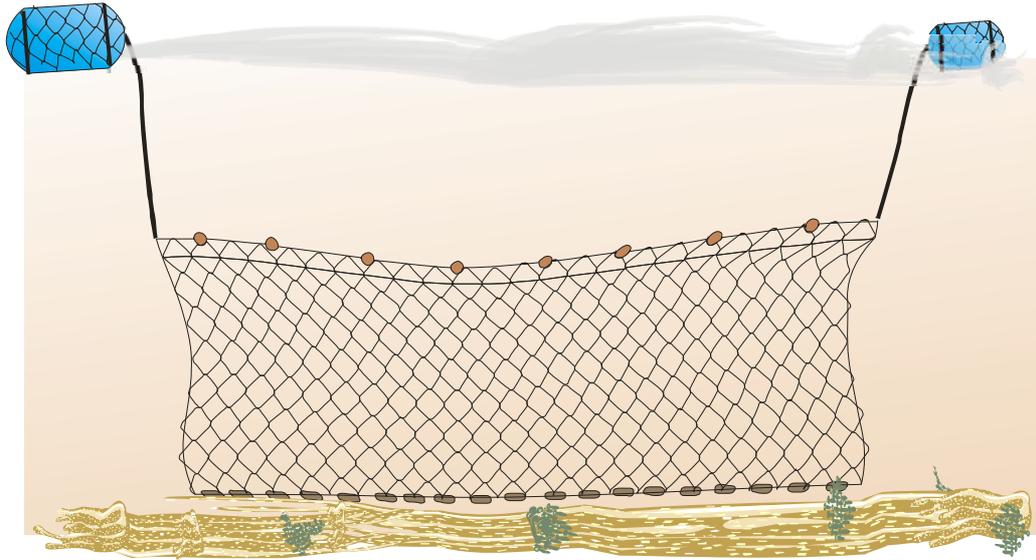


Fig. 24 Arrastão
 Desenho: Fabio Jacauna
 Org. Georgete Cabral de Abreu, 2010

E “o homem não é um ser racional no sentido de que seu comportamento é sempre motivado pelo seu próprio e absoluto interesse – seu conceito do que constitui ‘interesse’ é determinado pelos valores de sua cultura particular”. (Wagley, 1977, p. 41).

A relação que se estabelece com o lugar é oposto à relação com a legislação brasileira, pois ao se apropriar desses espaços, que são legalmente de acesso livre, os pescadores ribeirinhos negam o acesso a membros externos, contrariando a legislação vigente.

A Política Nacional de Recursos Hídricos instituída pela Lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nesta está instituído que a água é um bem de domínio público; é um recurso natural limitado, dotado de Valor econômico. Desta forma, considera-se a água, neste caso o rio, como sendo de livre acesso, porém, os habitantes de comunidades localizadas às margens dos rios se apropriam dos espaços aquáticos em função da proteção e uso dos recursos haliêuticos.

Sabemos que essa apropriação ocorre em função dos atores sociais por, tradição, ocuparem os espaços; haja vista se considerarem “donos” do lugar e, conseqüentemente, regularem o acesso, uma vez que necessitam extrair os

recursos do ambiente para reprodução do seu modo de vida, garantindo a extração da renda da água.

Conforme relatos obtidos nas entrevistas, a atividade pesqueira é promissora, pois o retorno financeiro é rápido, porém de muito risco à integridade do pescador, uma vez que o Solimões é um rio de tráfego constante, onde passam embarcações dos mais variados segmentos, como balsas que transportam produtos químicos, gado, material de construção, produtos industrializados da ZFM, petróleo, entre outros.

A ocorrência de acidentes aquáticos se dá principalmente durante a noite, quando o pescador está com a rede lançada, e uma embarcação se aproxima em alta velocidade. Neste caso, tem-se que soltar a rede ou cortá-la, tornando-se assim um perigo para o pescador, pois se não o fizer, pode colocar a sua vida em situação de risco e ocasionar um possível naufrágio.

Há relatos de um acidente aquático ocorrido nas proximidades do lanço do Laranjal, tendo como vítima um pescador, quando este desenvolvia sua atividade de pescaria. Ele foi “atropelado” por uma balsa. Naufragando, o corpo foi envolvido pelas correntes do rio, ocasionado instabilidade, medo e compaixão a outros pescadores. A família e as autoridades municipais não encontraram o corpo do pescador, a crença, é de que ele tenha sido devorado por uma “fera”, pois o sangue, na concepção dos ribeirinhos, atrai o predador.



Fig. 25. Embarcações na calha do rio Solimões, transportando gado bovino. Abreu, 2009



Fig. 26. Balsa de ferro, transportando petróleo. Fonte: Abreu - 2009

As territorialidades vão se constituindo ao longo do rio através da instalação dos espaços delimitados, os lanços. Para se criar o lanço tem que haver comum acordo e interesses dos comunitários que desejam pescar ou que tem a habilidade para a pesca. A união entre as pessoas interessadas na pesca é imprescindível. Quando estes decidem o espaço a ser delimitado, tem sempre elementos naturais como fronteira. No Laranjal, por exemplo, um pedral é o elemento delimitador do espaço a ser apropriado, esses locais se estendem por toda a calha do Solimões formando verdadeiros mosaicos de pesca nas águas apropriadas:

Esse lanço é da comunidade, cada um pescador tem seu setor de pescar suas equipes, vamos dizer aqui nós tem os nossos. Lá embaixo tem os meninos que pescam, tem do Souza, o seu Branco, o Leonardo, lá pra cima também (Pescador ribeirinho).

Em cada uma parte do rio, tem um pessoal que pescam pra sim próprio ,exemplo, nós aqui, só é nos aqui do Laranjal, ali de uma parte, aí pra cima, pra lá já, é outro pescador que comanda pra lá, ali pra baixo também são outros que comandam lá (Pescador ribeirinho).

Os ribeirinhos na Amazônia delimitam espaços de pesca denominados “lanços”, estes espaços são territorializados em função do melhor aproveitamento da água para a atividade pesqueira. Para delimitar as áreas de pesca, “lanços”, os pescadores limpam o fundo do rio, retiram as árvores e galhos, um processo de muito esforço despendido por cada trabalhador.

Os limites das territorialidades de pescadores é um elemento natural da paisagem, como mostrado na figura 27. Esse pedral, mostrado na figura, só foi possível visualizar devido a maior seca do rio Solimões já registrada. Porém, os pescadores, pela prática de convivência no rio, sabem da sua existência e riscos que podem correr na navegação.



Fig. 27 Pedreiras do Laranjal, limite territorial do início do lanço. Abreu, 2010.

A limpeza do lanço se dá em conjunto entre os interessados na apropriação deste espaço aquático. Alguns falam que é importante *“se uni com os outros donos de outros lanços pra poder pegar e trazer embarcações grandes pra gente tirada dos paus” [...] “com os outros compradores de peixe”*. O local de jogar o lanço é marcado por elementos naturais ou as residências em terra.

Os restos vegetais (Fig. 28) que ficam no fundo do rio são içados com a ajuda de cabos de aço interligados a um barco regional ou balsas flutuantes. A área é toda limpa para facilitar a pescaria, evitar engates. O capim não engata na rede pois está no fundo do rio, engata no baldes (carotes) que sustentam a rede, pois esses ficam na superfície.



Fig.28: No período da vazante do rio é possível visualizar esses obstáculos a pescaria de lanço. Na cheia esses vegetais são submersos. Abreu, 2010.

O lanço torna-se posse da comunidade, com a administração de um dono de flutuante, o que seria de acesso livre, torna-se acesso restrito de uso comum somente para aqueles ligados aos donos dos flutuantes que organizaram a limpeza da área para a prática das pescarias, na área estuda, observamos ao longo da pesquisa a instalação de novas casas flutuantes. No início, em 2008, eram apenas duas casas flutuantes comprando o produto pesqueiro, atualmente (2010) são, no total, três casas flutuantes e outra em construção. No mesmo espaço delimitado, os proprietários das casas flutuantes tem relativo domínio sobre a área e comercialização do pescado em seu primeiro estágio.

o lanço aqui praticamente, esse lanço foi limpo pelo pessoal daqui, né. As vez o cara vem lá do, num sei nem da onde, aí vem pesca aqui, e ainda vai embora, pelo menos aqui é preferência, é pescar aí vende o peixe aqui, vende ali no Jeremias (dono do flutuante) (Pescador ribeirinho)

Os que participam da limpeza do rio têm o espaço livre para pescar, pois adquiriu o direito de uso pelo seu trabalho executado na limpeza de parte do leito.

A limpeza do espaço para a pesca evita os engates em decorrência dos troncos de árvores submersos. Neste período, a seca dos rios da região alcançou a cota mínima já registrada. Com a seca recorde e uma visível mudança na paisagem

em frente a Costa do Laranjal, o surgimento de depósitos sedimentados dificultou as atividades das pescarias, pois, onde ocorria o “lanço da beira da praia” ficou totalmente isolado, impedindo os trabalhos de pesca. Ficaram ainda visíveis os restos vegetais que impedem as pescarias como o conhecido “pau do bico”, que comumente engata nas redes de pesca quando se aproximam da margem.

Existe uma rede própria para tirar os engates, “outros ali tem rede de tirar pau mesmo, né, rede grossa, próprio mesmo pra ir lá e tirar o engate que tá engatando por que, é acaba uma rede dessa lá no engate, aí seguro” (Pescador ribeirinho)

Para a implantação do lanço é despendido muito trabalho, como arrancar paus do fundo do rio principalmente. A operação se dá com o auxílio de cabos de aço prendidos às balsas para então elevar os troncos do fundo do rio à superfície e de um esforço comunitário, de pessoas interessadas em um objetivo comum.

“que manda limpar, né, pra poder pescar, faz despesa também pra poder limpar os paus pra poder a gente pescar, discair” (Pescador ribeirinho).

“o nosso lanço é do, dessa mediação aqui, mais ou menos, assim uns dois quilômetros daqui pra cima, é uns dois quilômetro mermo (Sic) a posição do lanço e finda uns três quilômetros aqui em baixo”[...] Nessa faixa de 3 quilômetro, quatro quilômetro também (Pescador ribeirinho).

A criação dos lanços é uma forma de controle dos locais de pesca e de proteção do local de trabalho dos pescadores que delimitam a área de pesca e efetuam sua territorialidade pesqueira nas águas do Solimões, desta forma, podemos entender como ela é necessária à reprodução social do pescador.

2.6 Territorialidades nas águas: apropriação do espaço aquático em área de livre acesso.

Os espaços delimitados, os lanços onde os pescadores exercem suas territorialidades, são o rio principal, em frente à comunidade a que pertencem os pescadores, sendo necessário todo um trabalho em parceria entre diversos pescadores, que limpam a área (fundo do rio) com barcos motorizados para que ali possam estabelecer seus locais de pesca.

Uma nova categoria de análise surge, pois o rio sendo de livre acesso torna-se apropriação dos pescadores ribeirinhos, no momento em que necessitam tirar dali

o recurso, ou seja, o peixe para a comercialização, obtendo outra fonte de renda e mais rápida, como bem relatado nos depoimentos de campo.

Os investimentos são altos para os padrões locais, geralmente uma canoa com motor, uma rede de arrasto saem pelo custo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) em média, o que inviabiliza a compra por parte de alguns pescadores que estão iniciando nessa atividade. A alternativa é subordinar-se à indústria pesqueira, que por sua vez, oferece condições para que esse pescador possa desempenhar a atividade pesqueira, em consonância com os interesses industriais, que se reflete na extração do pescado e obtenção do lucro.

Com isso, as indústrias se beneficiam do produto obtido com o trabalho do pescador, não dispõem de investimento com instrumentos e mão de obra. Esses acordos acontecem de forma simbiótica entre ambos.

Constatou-se nesta pesquisa, que os espaços delimitados, onde exercem territorialidade, são apropriados nos limites das comunidades a que pertencem, tendo como base a propriedade em terra:

A territorialidade é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa *territorialidade ativa*, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo. A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidades e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar. (Saquet, 2009, p. 87/88)

O entendimento dessas territorialidades para o estudo da geografia é algo mais recente, mas não menos necessário. Mesmo legalmente sendo de livre acesso, essas águas são apropriadas. O Código das águas, criado sob o Decreto Nº 24.643, deixa claro em seu Art. 1º, que as águas públicas podem ser de uso comum ou dominicais e no Art. 2º § b) declara que as correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou fluviáveis são águas públicas de uso comum.

A fronteira dessas territorialidades obedece a uma lógica própria, baseia-se em algum ponto qualquer que tenha relação com a comunidade. Na área estudada essa delimitação é, em um primeiro ponto, em frente a um pedral, em direção a jusante; e em direção a montante é em frente a uma grande árvore, que fica em direção oposta à margem.

O lanço tem aproximadamente 5 quilômetros de extensão, com largura em torno de 3 quilômetros. As áreas que não foram limpas, ou seja, que não foram retirados os tronco de árvores do fundo do rio, são evitadas, pois causam prejuízos aos pescadores, engata a rede, chegando a danificá-la parcial ou totalmente.

“não pode baixar tudo junto não, tem regra, porque nos temos o nosso lanço e pra lá pra cima tem outro lanço” (Pescador ribeirinho).

“por que daqui é, daqui tem que ser os que atuam aqui, né, que moram aqui no Laranjal, mas ai vem outros de outros canto também que aí, pensam assim, ah, eles precisam também, né, aí, eles acabam assim ultrapassando, do limite e tal, e pra não haver briga, não haver confusão, deixa como ta né, eles, tipo assim, invadem, assim né, a privacidade dos pescadores daqui da Costa do Laranjal” (Pescador ribeirinho).

Mesmo depois de estabelecidas as territorialidades, há também uma preocupação por parte dos que as territorializam, com pescadores de outros locais, como bem podemos ver no relato acima, como eles expõe em suas falas “*são todos colegas de pesca*”

2.7 Conflitos de uso da água

Com o aumento da procura por pescado, no rio Solimões, diminuem-se os estoques. Isso provocou mais as disputas pelos locais de maior incidência de espécies comerciais, principalmente em Manacapuru. Este local por ser um pólo, recebe diariamente várias embarcações que comercializam o pescado proveniente de locais variados.

Na área desta pesquisa, alguns pescadores relataram a existência de conflitos em épocas passadas. As entrevistas nos mostraram que a situação de conflitos em função do espaço aquático chegou ao extremo e foi preciso resolver a situação através da justiça de Manacapuru:

“logo no começo, né, porque havia muito atrito, aí, no meio de um jogar a rede por cima do outro, as vezes um cortava o balde do outro entendeu?” (Pescador ribeirinho).

Os conflitos começaram, envolvendo pescadores de fora e os da comunidade. Esgotadas as conversas, começaram as desavenças, como fala um pescador da

área de pesquisa *“aí viu que não dava jeito mesmo bocalmente foram parar na justiça, foram na justiça pra ninguém avançar o lanço do outro”*. Atualmente, isso acontece somente de forma verbal, é comum entre os entrevistados falarem sobre a *“invasão”* de pessoas estranhas ao grupo.

A existência de conflitos se deu no início da delimitação da área para a pesca (o lanço) e sua apropriação pelos comunitários. Havia questionamento por parte de pescadores de outras comunidades, requerendo o direito de uso do espaço aquático, essa situação se agravou bastante, sendo necessária a intervenção de instituições do judiciário. Porém, como se pode observar no relato abaixo isso se modificou:

“mais aí com o tempo passado tudo ai não valeu mais daí o pessoal se entrosaram também passaram a pescar entraram no nosso lanço ai ninguém mais brigou mais ai ficou tudo misturado assim”. (Pescador ribeirinho)

A utilização do mesmo espaço por diversos grupos de distintas comunidades gera conflito, pois pela prática e pela convivência na área delimitada os pescadores apropriam-se dos recursos naturais para um melhor aproveitamento comercial.

Intensificaram-se a pesca no rio Solimões, sendo as espécies de peixes lisos as de maior valor comercial, atendendo ao mercado nacional e internacional, abastecendo os grandes centros urbanos, o que gera também, disputas acirradas por espaços de pescas, ocasionando, então, conflitos de uso da água, tanto de peixes lisos quanto os de escamas direcionados para a comercialização.

Na Amazônia brasileira, os principais conflitos detectados até hoje dizem respeito ao afloramento dos interesses provenientes dos diferentes usos imprimidos pela pesca amadora e profissional. Ora, se de um lado os pescadores profissionais reivindicam o direito de exploração do recurso que tradicionalmente atende às suas necessidades, do qual eles dependem para sua sobrevivência, de outros os pescadores amadores argumentam que o convívio das duas modalidades torna-se mais difícil na medida em que os pescadores profissionais, utilizando de petrechos mais eficientes (entenda-se redes), retiram dos ambientes os espécimes mais desejados pelo pescador amador, os grandes peixes. (RUFFINO, 2005.)

Conforme a Lei 9.433, em seu art. 1º § 1º e 2º - a água é um bem de domínio público; a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Neste sentido, os conflitos são inevitáveis entre os pescadores alheios às comunidades ribeirinhas, mesmo sendo às margens dos rios, pois a legislação é clara, dando direitos a todos de acesso livre à água.

A Constituição Federal ocupa o topo da escala hierárquica no ordenamento jurídico (RUFFINO, 2005). Conforme Cardoso e Monteiro:

Está estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, (Art. 20, III e 26, I) que as águas de lagos, rios e as águas subterrâneas constituem bens ou da União ou dos Estados. Por esse motivo, cabe ao Poder Público, estadual ou federal, a responsabilidade pela sua administração.

Os pescadores apropriam-se desses espaços e controlam o acesso, pois o esforço de seu trabalho na preparação do lanço justifica o domínio por esses pontos de pesca, que se estende por gerações familiares. Nesse contexto, os conflitos são gerados pela prática de pescadores externos a comunidade no lanço delimitado.

É porque a gente tá com uns 20 anos que a gente pesca aqui, nessa área. Os pessoal da outra área vinha e entravam aqui, atravessava pra cá, aí, as vezes, eles chegava até cortar o material da gente, por isso que tinha conflito assim, aí a gente não gostava, desse jeito um confronto assim. (Pescador ribeirinho).

O relato acima nos fornece informação da gravidade da agressão que ocorria pela disputa do espaço de pesca. Em conversa com um casal de pescadores, foi notável a invasão do espaço de pesca do outro, como se fosse uma batalha naval travada no rio Solimões.

Não porque, às vezes, a gente atalha eles lá, a gente joga o lanço da gente aí, eles vem baixando e não gosta, passam direto no lanço. (Pescador ribeirinho).

A gente tem que agüentar porque eles também precisam. (Pescadora ribeirinha)

Durante as entrevistas, verificou-se a inexistência de conflitos na atualidade, embora muitos afirmem que isso aconteceu há muitos anos, logo no início das atividades pesqueiras na Costa do Laranjal.

É cada vez mais freqüente o aumento do número de pescadores nos lanços, não aumentando na mesma proporção sendo que a área de pesca. De fato, são muitas redes para a pesca, o que acarreta dificuldade para os pescadores do lanço em questão.

Os pescadores têm sentimento de posse em relação ao lanço, por isso, há o impedimento de acesso aos pescadores externos à comunidade, porém, mesmo

assim, é possível verificar a permanência de pescadores de outras comunidades na Costa do Laranjal, mas de forma excepcional. No geral não existem mais conflitos em função disto, pois é esporádico e geralmente ocorre durante a noite, o que inviabiliza a reivindicação dos comunitários.

já teve sim conflito, por causa disso mesmo né, dessa área de pesca aí, que um já passou lá para a área do outro e aí não acharam bom, né, queriam brigar, queriam se matar, agora que já acalmou mais, mas antes tinha essa coisa de querer brigar por causa da área de pesca. (Pescador ribeirinho).

Quando o pescador é das proximidades não ocasiona tanta ira por parte dos pescadores da Costa do Laranjal, porém, advindos de outra comunidade e até mesmo da cidade de Manacapuru, a situação se agrava. Os pescadores insatisfeitos com a presença de membros fora do grupo chegam a conversar e pedir sua retirada *“tem uns que tem compreensão que sai fora, e outros não, eles ficam”* (Pescador ribeirinho).

Mas antes de começar esses impasses, a lanterna é usada como um sinalizador para avisar a outro pescador que esse, que sinaliza, está saindo para a pescaria. Há casos em que os pescadores vêem alguém de outra comunidade pescando e não se retiram do local. Por outro lado, há pescadores que sinalizam anunciando sua partida para a pescaria. Caso o lado opositor desobedeça à sinalização, será convidado a sair mesmo assim o pescador da Costa do Laranjal sai para lançar a sua rede:

as vez num dá, aí, eu joga a minha em cima da dele quando chega aqui em baixo tudo embolado, aí, aquela briga pra desembolar, e se chegar a engatar embolado, chega, alaga uma canoa dessa ai ó, alaga mesmo, aí corre muito e é fundo e na ponta de uma rede dessa aí, é o que..., 40, 50 braças de cabo a fundura, tem canto aí que o balde vai assim, por que o cabo é curto, a fundura é imensa, né, quando tá seco não. Quando tá seco fica baixo, quando tá cheião que nem ta aí, um lanço aí no meio como vem aquela canoa ali, Ave Maria, aí que é o peral mesmo (Pescador ribeirinho).

É... logo que começaram o lanço aqui [...] foram pela justiça [...] porque, [...]o do Leonardo é..., o lanço do Leonardo é do fim onde começa esse, aí da onde termina esse o do rapaz...[...] “aí, quando entrava o pessoal de fora, aí o pessoal ia lá... Rapaz, esse lanço aqui nós mandamos alimpar e aí ninguém consentia gente de fora entrar. Agora não, todo mundo pode pescar aí (Pescador ribeirinho).

À noite, aparece muita rede para a pesca, o que pode ocasionar um emaranhado de redes se sobrepondo uma com a outra.

Como resultado judicial ficou acertado os espaços de pesca de cada comunidade:

“Aí ficou como eu digo aqui, três quilômetros é o nosso lanço pra cá pra baixo, aí o de lá chega até aí, olha aí aquele ali, estão terminando de puxar ó, eles já vão terminando de puxar o deles aí, aí pra não empatar o nosso lanço daqui vem descendo já aí dali acima dele nós joga” (Pescador ribeirinho).

Pelo fato de os pescadores “invasores” serem das proximidades, Barroso, Pesqueiro, Leonardo (Flutuante que fica na localidade de fronteira real com a Costa do Laranjal), não ocasionam tantos problemas de conflito. O contrário ocorre se vindos de outras localidades. O único problema é que:

[...] esse tem que esperar, né, muitas vezes tem que esperar por que, que muitas das vezes, no caso, vai junto, né, que nem o da beira, que nem o da costa aqui, né, que sobe aí já são os primeiros que joga logo na frente, né, se vim subindo o lanço tem que esperar. (Pescador ribeirinho)

Conforme os relatos, são comuns os “visitantes não convidados” pescarem no lanço do Sr. Jeremias, mesmo não aceitando de fato, não os expulsam:

A gente até que tem uma camaradagem aí com eles por que eles também estão na pesca também né, labutando, são meus colegas de pesca né, de pescaria né então a gente... as vez. (Pescador ribeirinho).

A literatura sobre pesca aborda com unanimidade os conflitos ocasionados pelas disputas aos locais de pesca, em busca por um melhor aproveitamento dos recursos naturais.

A década de 1970 é um marco na exploração de pescado para a finalidade comercial, com isso é evidente a proliferação de conflitos por territórios de pesca em diversos locais na Amazônia.

Um dos conflitos mais expressivos aconteceu no lago Janauacá, localidade pertencente ao Município de Manaquiri, na proximidade de Iranbuba e Manaus e ficou conhecido como “guerra do peixe” na década de 1970, chegando ao extremo com a morte de pessoas ligadas à atividade pesqueira no Janauacá. Essa “guerra” “pode ser configurada de maneira genérica como o conjunto de litígios pelo uso dos recursos pesqueiros” (Ruffino, 2005). Este mesmo autor nos relata que esses

conflitos de pesca ocorrem, historicamente, em qualquer região onde a pesca tem importância e potencial suficiente para gerar demanda de usos múltiplos.

Para Lima (2004) a chamada “guerra do peixe” não é só uma competição por recursos; é também a manifestação de resistência de um modelo social de reprodução. Janauacá é uma localidade que está interligada a diversas outras, nesse fato ocorrido, outras comunidades também se envolveram no conflito armado para “expulsar” os considerados “invasores”. Foi um problema a ser resolvido não somente por membros do local, mas por toda uma coletividade local e de outras localidades das proximidades. No dia do ocorrido, um barco saiu a buscar, nas margens, os “soldados” para essa guerra, ainda na madrugada. O clima de tensão se espalhou pelas proximidades, crianças e mulheres ficavam em casa, os homens saíam armados com faca, terçado, machado, espingardas com munição e outros meios para a sua defesa, ou seja, para a defesa de seu território de pesca, ameaçado por membros externos.

Para a população local, que vive, em muitos casos, em função do rio e estabelece com ele uma relação de dependência, esta “proteção” é uma forma de manter seu ambiente produtivo e desta forma faz com que haja preocupação por parte dos habitantes com o ambiente aquático, considerando o mútuo respeito entre natureza/homem, pois a exploração local não extrai o Máximo desses recursos. O mesmo não acontece com o ambiente rio direcionado para a prática da pesca comercial, em uma incessante busca por pescado 24 horas por dia.

A pesca é uma atividade trabalhosa e, como visto, causa danos à saúde do pescador. Soares (2005) em estudo feito no lago do Janauacá, quando se refere à representação que os ribeirinhos fazem com relação a outros que a praticam, dizem: “pescaria é coisa de preguiçoso”. Essa concepção na Costa do laranjal é quase desconsiderada, pois todos sabem que essa atividade requer esforço e risco para quem a pratica.

Na comunidade Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranja, verificou-se que no início das atividades para a limpeza do leito do rio, para se efetivar o lançamento, a existência de conflitos era inevitável, sendo levado tal problema para o poder judiciário de Manacapuru.

Em algumas situações, esses conflitos eram “resolvidos” com a intervenção do IBAMA e/ou da Delegacia de Polícia do município de Manacapuru que tem determinado, com base legal, aos que reivindicam essa territorialidade exclusiva de

pesca, de que o rio, no caso o rio Solimões, por ser água corrente, é considerado de livre acesso.

Na instalação do lanço do Laranjal era constante os conflitos por espaços de pesca, sendo necessário resolvê-los na delegacia da cidade de Manacapuru. Um acordo entre as partes conflituosas foi acertado e firmado para que cada comunidade delimitasse seu espaço de pesca.

Esses territórios são monopolizados pelas indústrias do setor pesqueiro, que mantêm controle em alguns casos, em determinados territórios de pesca:

Para Ariovaldo U. de Oliveira, numa concepção crítica marxista, o território é resultado dessas relações sociais que se territorializam desigualmente, por mediação e ações, sobretudo, econômicas e políticas, de controle, na processualidade da luta de classes. No dizer do autor, são as forças produtivas e relações de produção que geram/conformam o território, o que significa *manutenção/transformação*, distribuição e concentração, desigualdades e contradições, valorização e reprodução. Assim, conforme Oliveira (2002), formam-se as regiões ou *frações* de uma formação territorial. As desigualdades internas, de um país, são produto do que o autor denomina de *desenvolvimento territorial desigual*. (Saquet, 2007, p. 135).

Atualmente, há raros relatos de conflitos pelas territorialidades dos pescadores, esses sendo esporádicas, acontecem geralmente no período noturno, quando há presença de pescadores de outros lanços, na área de pesca dos pescadores da comunidade Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal, em pouco fluxo, sem que cheguem às vias de fato.

“aqui no nosso flutuante, aqui nós sámu, vamos supor dez, quinze, vinte pescador, aí, é só a gente que pesca, aí, outros já não pode lançar no nosso lanço por que o lanço é nosso, aí se eles invadem é que são enxerido de outro local” (Pescador ribeirinho).

“Eu, já tô com 14 anos aqui com ele, viemos do Purus, ai pra cima, quando nos chegemos aqui não tinha pescador, só era ele e o Jeremias, não tinha pescador não tinha não. O Thomba era empregado do Jeremias” (Pescador ribeirinho).

Os que controlam o lanço mantêm entre si laços de parentesco ou matrimônio com membros da Comunidade. Com o casamento ou união estável criam-se laços mais fortes e direito/permissão para a pescaria e instalação de flutuantes. Na família ribeirinha há sempre uma preocupação com o bem estar de todos, “(...) sujeito criando sua própria existência” (CHAYANOV apud ABROMOVAY, 1992, P.59);

CAPÍTULO 3. REDES DE COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

O município de Manacapuru é um dos pontos de desembarque de pescado de maior relevância na Amazônia brasileira. Ruffino (2005), ao analisar a estatística pesqueira de Manacapuru, no ano de 2003, aponta que ele ocupa o 6º lugar dentre os estados do Amazonas e Pará, em relação ao total desembarcado.

Os frigoríficos recebem inúmeras espécies diariamente; a piramutaba, contudo é uma das principais. Apresenta um desembarque total de 246t o que equivale a 10% do total de pescado desembarcado no município de Manacapuru no ano em estudo.

Apesar de Ruffino (2005) considerar os desembarques em Manacapuru como primeira comercialização, vemos que, na Costa do Laranjal, eles acontecem na casa flutuante, logo após finalizar as pescarias nos lanços. Essas casas são importantes para a manutenção de pescadores menores, descapitalizados, pois só é possível o investimento em canoas, quando há contribuição do proprietário da casa flutuante. Assim, é possível a manutenção da família.

Essa “*ajuda financeira*” acontece em escalas, pois, o proprietário da casa flutuante também recebe das indústrias frigoríficas, como já vimos. Paulino (2006), aborda muito bem essa relação de dependência, em que ambos são beneficiados em seus investimentos. Esta autora, em seus trabalhos publicados no norte do Paraná, deixa explícito que essa relação é vantajosa para ambos, pois o capital investido necessita reproduzir-se, enquanto que o pescador ribeirinho precisa de investimentos em recursos para o trabalho das pescarias e isso não é importante para o capital industrial pesqueiro.

Como vimos nesses trâmites comerciais, envolvendo uma complexa rede, os empresários dispõem de alternativas para sugar a renda proveniente do pescado comprado. A indústria monopoliza o território e “*drena*” a renda proveniente da água, efetivada pelo trabalho dos pescadores. Como bem aborda Paulino (2006), esta é a razão primordial da monopolização do território pelo capital. Desta forma, temos a invisibilidade da relação de exploração entre ambos.

Para o pescador ribeirinho, a alternativa mais viável é subordinar-se ao capital para que possa, então, ter meios de pescar em condições melhores e garantir um rendimento mais efetivo nas pescarias, com finalidade comercial.

As empresas pesquisadas estão em processo de regularização para exportar o pescado para outros países. Por enquanto, o comércio restringe-se ao mercado, no máximo, a nível nacional. Destaca-se como compradores: Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Norte. Sendo o estado de São Paulo o maior comprador de peixe liso. No ano de 2009 a empresa Frigopesca comercializou 665.648 Kg de pescado para o mercado local, enquanto que para o mercado nacional atingiu 702.316 Kg.

No ano de 2009 a empresa FRIOLINS comprou 1 milhão de quilos. Geralmente compra peixes lisos e, em menor escala, de escamas, sendo 500 toneladas de peixe liso (400t vendidas para outros estados brasileiros já citados e 100 t no mercado local – Manaus).

A comercialização do pescado se dá em uma dinâmica rede: pescadores, casas flutuantes e indústrias frigoríficas.

Interconexão e territorialização são processo distintos, mas têm uma unidade; interagem-se e complementam-se. Na territorialização há localização, formas espaciais, relações e interações, fluxos e redes, movimento. As redes são múltiplas e articuladas envolvendo e sendo envolvidas por sujeitos diversos, interesses, necessidades, escalas, lugares. Os indivíduos se territorializam na interconexão na relação, no movimento, na unidade e na diversidade. As redes são um componente do território, desde as formações tribais, imperiais, passando pelas feudais até as capitalistas. É claro que, atualmente, as redes são mais intensas, complexas, heterogêneas, velozes e têm *novos* significados. (SAQUET , 2007 p.160).

As redes de comercialização articuladas entre si vão dando sentido a gestão dos espaços territorializados pelos pescadores ribeirinhos, assim como a distinta atuação do capital industrial. Na figura 28 é possível visualizar o fluxograma da comercialização do pescado em Manacapuru.

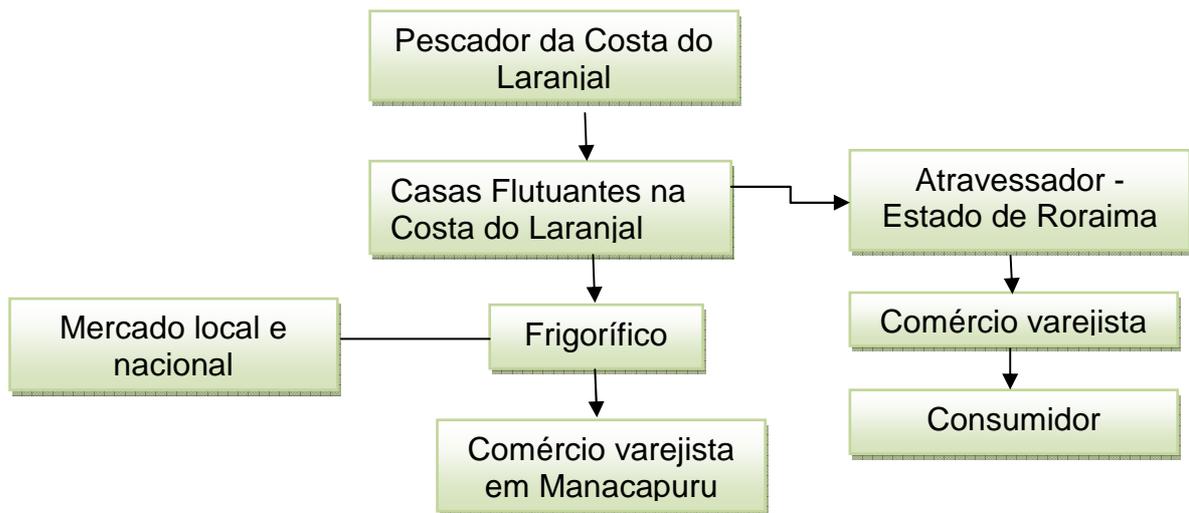


Fig. 29 Fluxograma 1: Comercialização do peixe liso em Manacapuru.
 Fonte: Trabalho de campo, 2010.
 Org. Georgete Cabral de Abreu.

3.1 As casas flutuantes: primeiro ponto de comercialização do pescado.

O peixe é extraído e comercializado nas casas flutuantes instaladas (ancoradas) na própria comunidade, pois, assim, diminuem-se os custos com o transporte, evitando a venda do pescado na sede do município de Manacapuru. Essas casas flutuantes desempenham função estratégica, pois são um ponto importante para a comercialização do pescado. A própria casa flutuante fornece o gelo, material para manutenção dos apetrechos de pesca e combustível para os pescadores utilizarem no processo das pescarias. O gelo só é utilizado para a pesca de peixes de escamas, sendo necessário um maior tempo na pescaria e a conservação do pescado até as casas flutuantes onde ali é comercializado. Geralmente os “proprietários” dos lanços são os mesmos dos flutuantes.

Quando iniciamos a pesquisa nesta área, havia ancoradas duas casas flutuantes. Ao termino desta, estabeleceram-se mais uma e outra estava em processo de construção, ou seja, duas novas casas flutuantes especializadas no espaço territorializado no rio Solimões. Essa distribuição está demonstrada na figura 31, esses proprietários mantêm relação de parentesco.

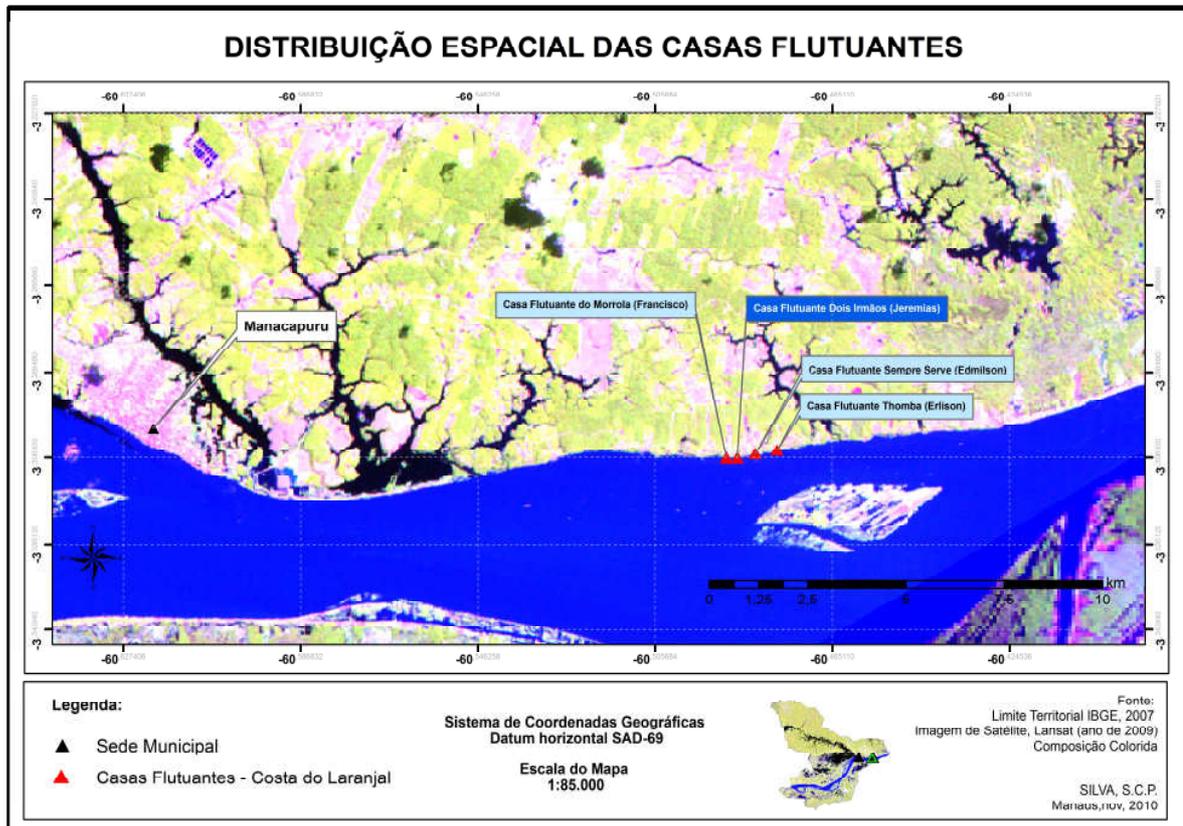


Fig. 30. Mapa da área da pesquisa. A distribuição espacial dos flutuantes na comunidade Nossa Senhora da Costa do Laranjal



Fig. 31 Flutuante – entreposto de comercialização. Abreu, 2010.

A instalação das indústrias frigoríficas no município de Manacapuru motivou a instalação de casas flutuantes. Foi verificado que estas são importantes para a manutenção dos frigoríficos e a conseqüente acumulação de capital proveniente da pesca desenvolvida pelos pescadores ribeirinhos.

As casas flutuantes, como já vimos, são o primeiro ponto de ligação entre o pescador e o mercado.

A comercialização na casa flutuante é favorecida pelo fato de ambos, pescador e proprietário da casa flutuante terem firmado um acordo moral e verbal de comercialização. Mas, se no momento da venda, o proprietário da casa flutuante não estiver disponível, porque necessitou ir à cidade, o pescador tem o direito de vender para outras casas flutuantes, barcos pesqueiros ou ainda vender diretamente para o frigorífico. Além disso, há maior flexibilidade de venda, caso o pescador seja dono dos meios de produção.

Os pescadores que têm rede própria são independentes para comercializar o pescado no local que ele achar mais conveniente ou onde conseguir melhor preço. Assim, quando o pescador é o proprietário dos meios de trabalho na pesca tem a liberdade de comercializar nos lugares que desejar. Mas, geralmente, ele não o faz.

A lógica é vender para o flutuante que lhe dá apoio, em caso de engate da rede no fundo do rio.

Os proprietários das casas flutuantes são proprietários de canoas e as disponibiliza para pescadores que não possuem esses meios de trabalho. O resultado das pescarias é dividido em partes iguais, como já foi visto no capítulo 2 (dois). Os proprietários das três casas flutuantes, envolvidos na comercialização do pescado em diferentes escalas, na área da pesquisa, mantêm estreita relação de parentesco.

Esses entrepostos de comercialização são distribuídos em locais estratégicos, à margem dos rios, em locais territorializados, para a compra de peixe liso e mantêm estreita relação comercial com as indústrias frigoríficas. É uma forma de parceria, pois as indústrias fornecem equipamentos de refrigeração, recursos financeiros para o investimento no processo de captura e para a compra ou reforma de canoas e barcos de pesca (Fig.32).



Fig. 32 Reforma de canoa de pesca na casa flutuante. Abreu, 2010.

Observamos que todos os proprietários de casas flutuantes da comunidade Nossa Senhora da Conceição da Costa do Laranjal, fornecem pescado para a indústria Frigopesca, instalada no município de Manacapuru. Esses entrepostos possuem urnas frigoríficas para armazenamento do pescado de peixe liso, cedidas pelas indústrias, através de um acordo não formal, ficando estes subordinados àquelas.

Uma das casas flutuantes consome de três toneladas em 12 dias na época da safra e 5 toneladas na época da entressafra. O peixe é armazenado na caixa frigorífica das casas flutuantes e, posteriormente, nas caixas instaladas nos barcos para então ser transportado ao frigorífico. Essas caixas tem capacidade de armazenamento de 4 toneladas, aproximadamente.

Nos períodos normais das pescarias, na entressafra, a frequências de transporte do pescado das casas flutuantes para a indústria é de uma vez por semana.

Para o pescador, quase totalmente descapitalizado, é necessária a contribuição do proprietário da casa flutuante para auxiliar nos momentos de necessidades, como o financiamento de gasolina e barco para retirada das redes, quando engatadas em restos vegetais no fundo do rio. Vale ressaltar que os pescadores filiados a colônia dos pescadores recebem financiamentos para a compra de instrumentos de trabalho, recurso financeiro para a compra do motor Honda, canoa, etc e também local de interação entre os pescadores.

As casas flutuantes servem também de abrigo para as campanhas quando não estão nas atividades no lanço. Isso foi possível verificar através das entrevistas quando se questionou a relação de dependência ou preferência à venda, quase que exclusiva para uma determinada casa flutuante. Um pescador dá resposta a tal questionamento: *“É porque lá no local do flutuante dele a gente deixa a canoa lá, tá, é por isso. Ele compra, né, a gente compra a gasolina também dele”. [...] motor “também, quando a gente engata, ele tem um motor pra tirar, é por isso”.*

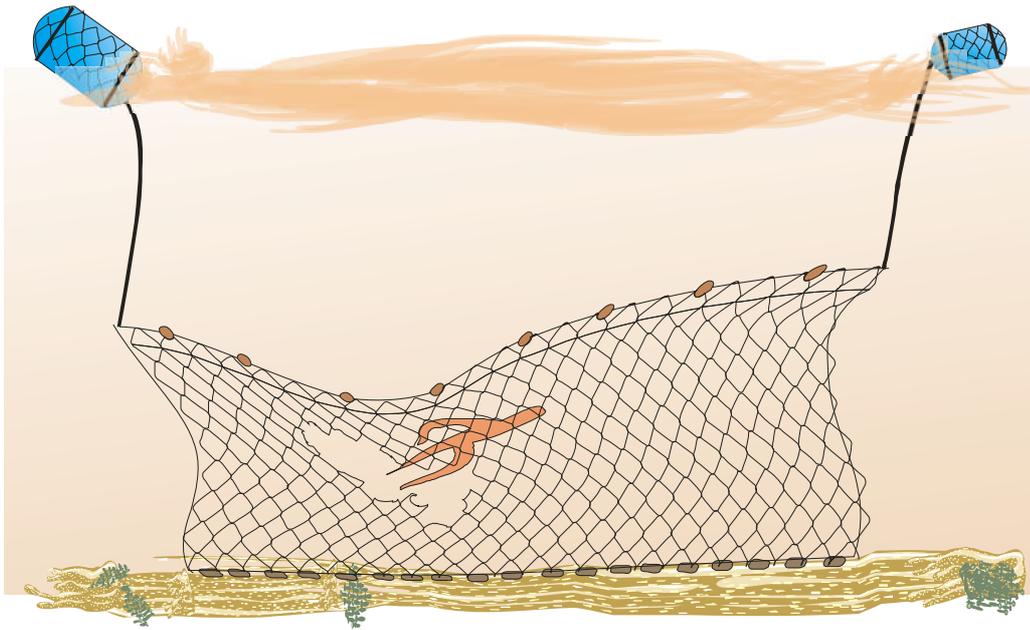


Fig. 33. Engate de tronco de árvores na rede de pesca.
Desenho: Fabio Jacauna.
Org.: Georgete Cabral de Abreu, 2010.

São moradores da localidade, os proprietários das casas flutuantes, instaladas na área de pesquisa. Essas casas funcionam também como residência em alguns casos, seja de família ou individual.

Conversamos com uma família, moradora de uma casa flutuante, que não possui propriedade de terra, vive exclusivamente do trabalho da pesca e agrega mais uma família que não tinha moradia e também trabalha na mesma atividade. Este fato nos mostra uma estreita relação de confiança e solidariedade.

É importante salientar que esses entrepostos de comercialização da área estudados são “fixos” na localidade, permanecendo durante todo o ano no mesmo local, geralmente em frente à propriedade em terra. Compram o pescado por preços tabelados, obedecendo a dinâmica de mercado, variando no período da safra e entressafra como podemos verificar nos quadros 02 e 03.

PERÍODO DA ENTRESSAFRA (CHEIA DOS RIOS)			
CLASSE	CASA FLUTUANTE	INDÚSTRIA FRIGORÍFICA	COMPRADORES/ ATRAVESSADORES DE RORAIMA
1^a	5,0	5,5	6,0
2^a	3,0	3,5	4,0
3^a	2,0	2,5	3,0
FRACO	1,5	2,0	2,0

Quadro 2: Preço do pescado na entressafra, relativos ao ano de 2010.
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

PERÍODO DA SAFRA (SECA DOS RIOS)			
CLASSE	CASA FLUTUANTE	INDÚSTRIA FRIGORÍFICA	COMPRADORES/ ATRAVESSADORES DE RORAIMA
1^a	4,0	4,5	5,0
2^a	2,0	2,5	3,0
3^a	1,5	2,0	2,5
FRACO	1,0	1,5	2,0

Quadro 03: Preço do pescado na safra, relativos ao ano de 2010.
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

O desembarque do pescado na casa flutuante faz com que o pescador tenha a opção de venda do peixe por inteiro, sem a cabeça ou eviscerado. Quanto ao preço, ele varia em função do esforço para a “limpeza” do peixe liso.

A venda diretamente para as indústrias frigoríficas é inviável para o pescador, que, se o fizesse, obteria um preço melhor, mas teria também gastos com transporte, com a gasolina e perderia tempo com o deslocamento. A perda seria maior ainda se levasse uma quantidade baixa de pescado. A viagem torna-se, então, incoerente. A casa flutuante por sua vez, vende para as indústrias, onde já tem um contrato verbal firmado.

As “parcerias” comerciais entre os proprietários das casas flutuantes e as empresa frigoríficas para a comercialização do produto extrativista pescado é conveniente para as partes envolvidas. Para as indústrias, donas do capital, o que importa realmente é a maximização dos lucros. A extração da renda, proveniente da água, é capitalizada e a renda dessa parceria favorece a essas empresas, que não necessitam de investimentos nos locais de pesca, como equipamentos, embarcações e mão de obra. Já para o pescador, a renda será convertida em bens

de consumo, utilizados para suprir as necessidades básicas da família. Ele compra aquilo que não produz com a renda proveniente da força de seu trabalho.

A extração da renda é viabilizada quando há um contrato verbal entre ambos. O proprietário do flutuante leva o pescado comprado para comercializar na cidade de Manacapuru, para a indústria frigorífica.

A divisão social do trabalho nos processos de limpeza e armazenamento, no flutuante, ocorre de duas formas. O pescador pode vender o pescado sem cabeça e eviscerado. Ele mesmo executa esse trabalho junto ao seu “parceiro”, com a vantagem de obter melhor lucro por quilo de pescado. Ele pode, também, vender o peixe inteiro, da mesma forma que saiu da água. O serviço de eviscerar e tirar a cabeça ficam sob a responsabilidade do comerciante proprietário da casa flutuante. Contudo, o preço pago, será menor. Os proprietários dos flutuantes, por sua vez, no período da safra, contratam pessoas para executarem esses serviços secundários (eviscerar e tirar a cabeça).

3.1.1 A divisão das tarefas

O trabalho é dividido por gênero. Homens, mulheres e crianças são envolvidas nos processos de trabalho. Aos homens cabe cortar a cabeça dos peixes de forma que fique quase desprendida do corpo, para facilitar a extração; já a mulher desprende totalmente a cabeça do corpo do peixe e depois o eviscera (Fig. 34).

As crianças contribuem, principalmente, quando estão nas férias escolares. Elas têm a função de transportar os peixes eviscerados para a pesagem e armazenamento. Essa distribuição de atividades no trabalho ocorre de forma espontânea e harmoniosa. As crianças menores entre três e cinco anos de idade apenas circulam nos flutuantes, geralmente em companhia dos pais e outros familiares, se habituando ao mundo da pesca.

Os compradores de peixes da Costa do Laranjal já mantêm uma articulação com as empresas frigoríficas na sede do município de Manacapuru: entregam o pescado eviscerado e sem cabeça, conforme solicitação destas indústrias.

Para que o pescado proveniente do trabalho dos pescadores seja comercializado nas indústrias, faz-se necessário selecionar as espécies por

tamanho, classe e estado de conservação. Essa classificação obedece às exigências impostas pelas indústrias frigoríficas pesqueiras.



Fig. 34. Peixe liso (Bagres) sem cabeça e eviscerado. Abreu, 2010.

3.2 Classificação das espécies de maior valor comercial

A extensa rede de comercialização que envolve o setor pesqueiro em Manacapuru é exigente com a qualidade do produto a ser comprado. Para tanto, estabelece classificação das espécies de valor comercial, seguindo em diferentes escalas: Casas Flutuantes na comunidade, Casas Flutuantes no porto de Manacapuru e empresa frigorífica.

Os peixes são classificados, conforme sua importância econômica. Há quatro classes: 1, 2, 3 e o “fraco”, que é a classe de menor valor comercial, como podemos ver no quadro 04.

No local de desembarque, na casa flutuante ou na indústria frigorífica o peixe recebe uma classificação específica por espécie e tamanho. Entre as casas

flutuantes pesquisadas, existem variações mínimas. Algumas seguem três classificações: 1º, 2º e 3º. Outra casa acrescenta o “fraco”, que seria o último nível de classificação das espécies de maior valor comercial na área estudada, o que corresponde à mesma classificação nos frigoríficos (quadro 04).

1ª Classe (Acima de 3 quilos)	2ª Classe (Abaixo de três quilos)	3ª Classe (Até um quilo)	FRACO (todas as espécies abaixo de 1 quilo).
Dourado (a)	Babão	Pacamon	-
Surubim	Zebra	Pirarara	-
Filhote	Cara de gato	Dourado de 3 quilos (furado)	-
Caparari		Piramutaba	-

Quadro 04: Classificação das principais espécies de peixe liso capturadas.
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A classificação “Fraco” é mais utilizada no frigorífico. Na área de pesquisa apenas um flutuante usa esta classificação, o outro incorpora com os da 3ª classe. Os períodos de maior produção no rio coincidem com os períodos de produção dos caraciformes migradores (junho / outubro-dezembro) e da piramutaba (agosto) (Ruffino 2005 p. 26). São desembarcados peixes de espécies variadas, porém a de peixe liso é a de maior interesse comercial, como visto anteriormente. A piramutaba é uma espécie de bagre que apresenta um rendimento significativo para os pescadores na época de sua safra.

Essa produção, que é matéria prima para as indústrias, tem seus territórios de pesca monopolizados pelas indústrias do município de Manacapuru.

3.3 As indústrias frigoríficas: monopolizando territórios da pesca

O município de Manacapuru, por ser local de grande potencial pesqueiro, atraiu nas décadas de 1970 e 1980 investimentos direcionados para o setor pesqueiro, com a instalação das indústrias de armazenamento e beneficiamento do pescado. Algumas fracassaram antes mesmo de completar uma década de

existência; outras investiram em modernas instalações, principalmente relacionadas ao processamento.

As indústrias buscam mercado em várias calhas dos rios (Fig. 36) do estado do Amazonas: rio Madeira, rio Japurá, rio Solimões, rio Juruá e rio Purus. “Mas podem ir mais longe, buscar peixe onde tiver”, nos dizeres de um trabalhador da indústria pesqueira.

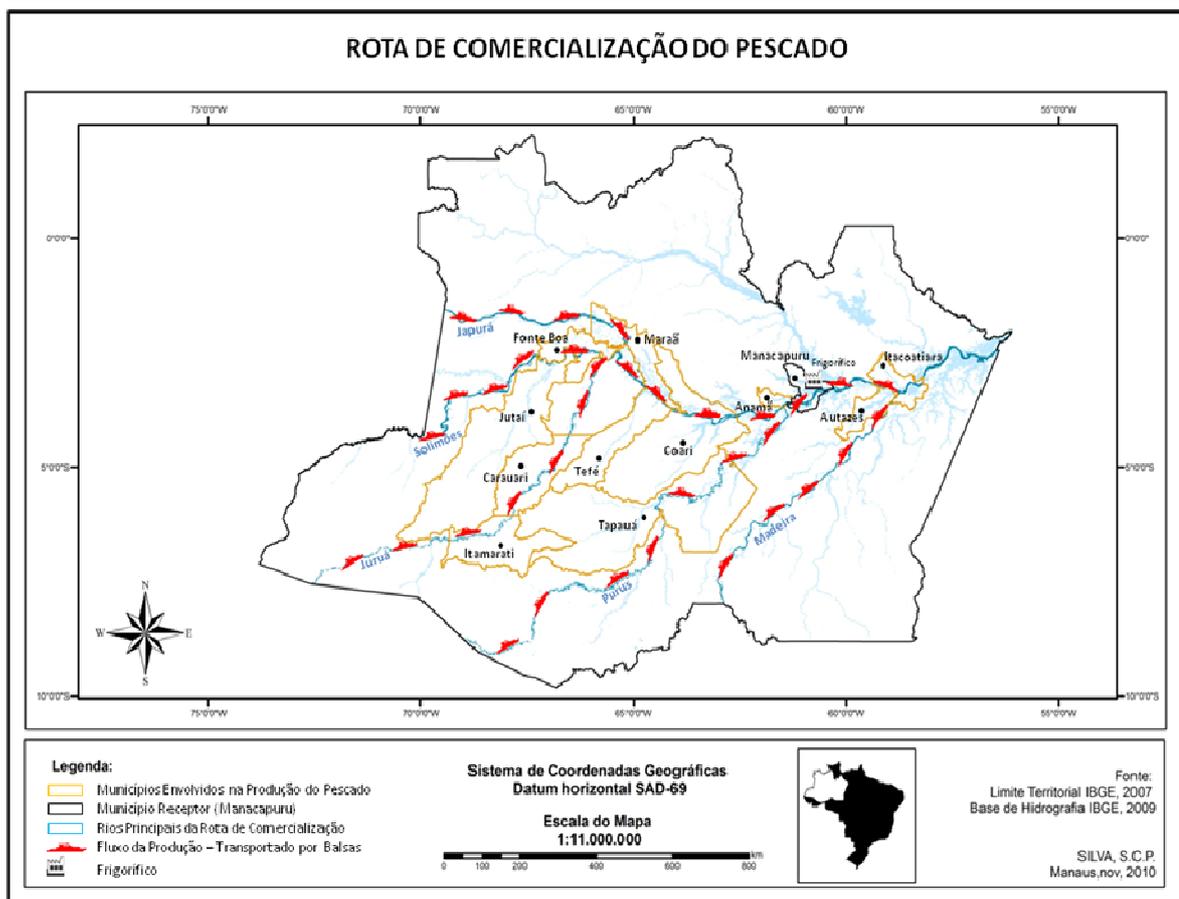


Fig.35 Mapa das principais rotas de comércio pesqueiro para Manacapuru.
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os barcos e balsas frigoríficas navegam nesses rios comprando pescado. O trâmite comercial é feito previamente à saída das embarcações. Os barcos são utilizados durante todo o ano, porém as balsas frigoríficas são mais utilizadas no período da safra do peixe liso (bagres). Elas têm capacidade para armazenar e conservar 100 toneladas de pescado e 5 toneladas para congelamento. Sai para os rios com uma tripulação de 15 pessoas e retorna ao porto de Manacapuru,

aproximadamente, 15 dias após a partida. Uma indústria frigorífica, por outro lado, dispõe de posto fluvial de recepção/desembarque do pescado em outros municípios do estado do Amazonas como: Autazes, Coari, Fonte Boa e Anamá, demonstrados na figura 37.

Esses pontos especializados, representam o monopólio destas indústrias sobre os territórios de pesca, porém todo o processo de beneficiamento do pescado é feito na indústria frigorífica, na sede do município de Manacapuru, onde existe SIF- Serviço de Inspeção Federal. Isso permite a comercialização e o transporte do pescado para outras regiões do Brasil.



Fig. 36 Balsa frigorífica. Abreu, 2010.

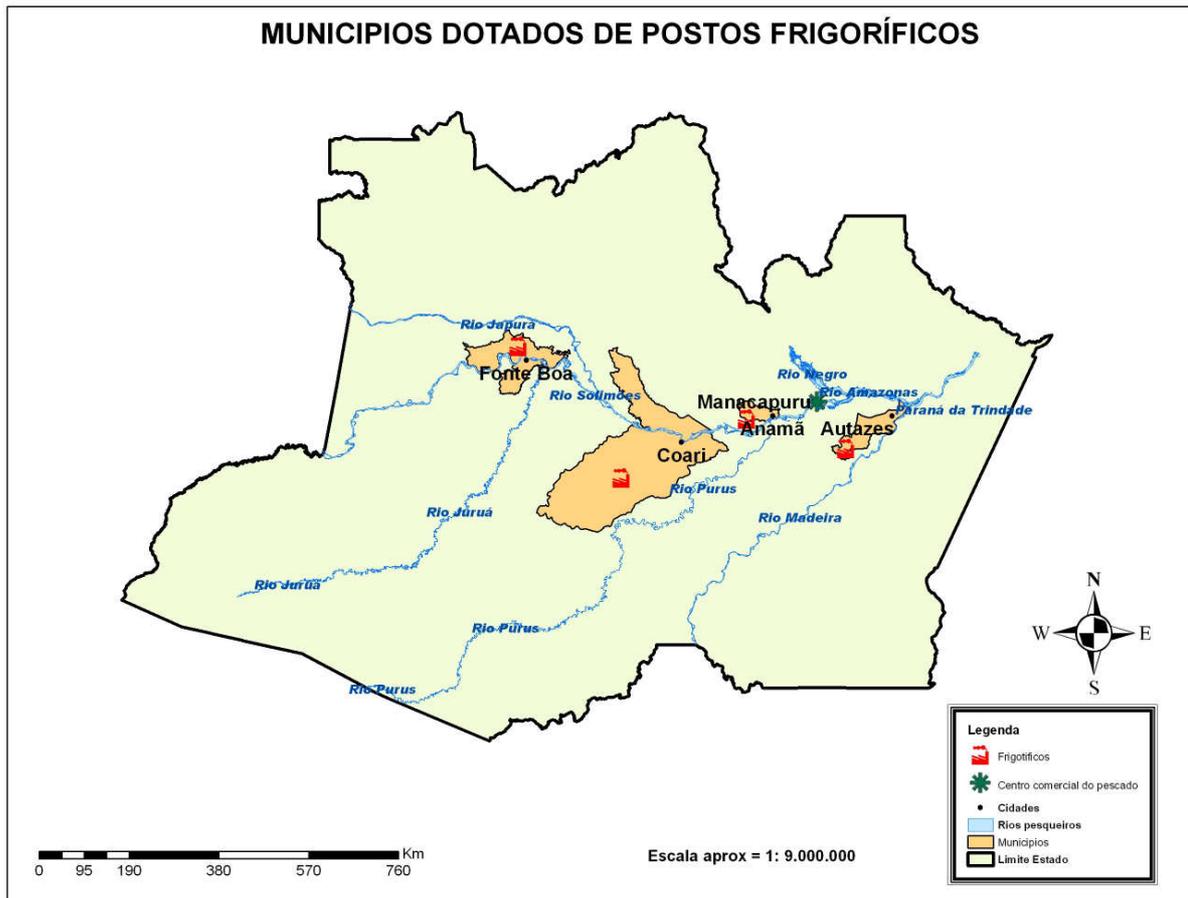


Fig. 37 Municípios dotados de postos frigoríficos.
 Fonte: Quadros, 2010.
 Org.: Abreu, 2010.

A compra do pescado ocorre diretamente das casas flutuantes e, em menor escala, diretamente do pescador. Para tanto, na época da safra, financiam a atividade pesqueira com dinheiro em espécie. Os financiamentos recebidos pelos proprietários das casas flutuantes variam e são repassados conforme necessidades do pescador.

As indústrias frigoríficas desempenham função estratégica, não apenas por empregar mão de obra local, o que diminui o processo de migração de pessoas para outros centros urbanos do Estado, mas também por articular com os pescadores, comprando o pescado. Para as empresas frigoríficas, não é viável o investimento no processo produtivo para as pescarias - em equipamentos de pesca (redes, barcos, canoas motorizadas, mão de obra, por isso preferem monopolizar o território em busca de maior rendimento, comprando o pescado diretamente do pescador ou da casa flutuante, e nesse caso obtêm maior rendimento (a renda da água). Martins (1983), expressa com clareza o sentido da relação entre o capital e o que aqui se convencionou chamar de trabalhador da pesca:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal *do trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. (MARTINS, 1983, p.175)

O pescador ribeirinho não é expropriado dos seus meios de produção, exerce seu trabalho atrelado as indústrias e essas extraí o lucro proveniente de seu trabalho, contido no produto fruto de seu trabalho e de sua família. Desta forma, o capital se apropria do trabalho dos ribeirinhos, sem territorializar-se.

É como bem relata Tavares dos Santos (1978): “configura-se, na ambigüidade descrita, a reprodução contraditória de um processo de trabalho não especificamente capitalista pelo modo de produção capitalista. Desta forma, esse mesmo autor nos demonstra a subordinação formal do trabalho do ribeirinho ao capital industrial.

3.3.1 Desembarque

O pescado transportado das Casas Flutuantes da Costa do Laranjal e dos rios monopolizados desembarca no porto da empresa Frigopesca, em uma Casa Flutuante ancorada no porto de propriedade desta indústria. Após o processo de pesagem e classificação, é transportado por uma espécie de “rampa de acesso” até a indústria como podemos ver na figura 38. Porém, em outra indústria que fica além da margem do rio, o pescado é desembarcado no porto e, posteriormente, transportado até o frigorífico em caminhão baú de propriedade desta (Fig.39).



Fig. 38. Flutuante no porto da indústria frigorífica, local de recepção do pescado. Abreu, 2010.



Fig. 39 Recepção do pescado em uma das indústrias. Abreu, 2010.

Geralmente só é uma vez por semana que ocorre a venda do pescado para o frigorífico. A instalação de casas flutuantes novas é notável na comunidade, porém todos são da comunidade.

3.3.2 Mão de obra

A quantidade de funcionários oscila consideravelmente, dependendo da dinâmica natural do rio. Entre a entressafra e a safra, o número de trabalhadores na indústria pesqueira tende a diminuir naquela e aumentar nesta. Isso acontece devido a pouca quantidade de pescado capturado na cheia dos rios. Observou-se o fato na pesquisa feita nos dois principais frigoríficos pesquisados em Manacapuru, e seu reflexo substancial no declínio ou no aumento de contratações temporárias de trabalhadores empenhados na recepção do pescado e no processo produtivo nessas indústrias.

Constatou-se que existem funcionários que mudam de município, em uma migração pendular, em função da oportunidade de trabalho na indústria pesqueira.

Como podemos verificar, enquanto a empresa frigorífica investe na ampliação da sua estrutura e equipamentos industriais, o pescador investe na compra de bens de consumo que venha trazer mais comodidade e menos esforço ao seu dia a dia. Verificou-se que muitas famílias de pescadores dispõem de máquinas de lavar, uma até no próprio flutuante. Apesar de estar sobre a água, o uso desse eletrodoméstico possibilita maior aproveitamento do tempo, que seria gasto com a lavagem das roupas, por exemplo, ou em outra atividade ou até mesmo nas “*viagens de negócios*”, na sede do município.

3.3.3 Processamento do pescado

Ao chegar à recepção da indústria, o pescado é classificado por espécie, tamanho e qualidade. Logo após essa etapa, ele passa por uma avaliação de odor, textura e controle de temperatura para, então, ser submetidos aos processos de pesagem e de higienização. Baseando-se em dados obtidos nas pesquisas, todos os resíduos do pescado são armazenados em sala específica e posteriormente

transportados para locais propícios, fazendas de propriedade das empresas, para a fabricação de ração animal, compostagem e alimentação para peixes.



Fig. 40 Organização do pescado após a pesagem.
Fonte: Friolins, 2010.



Fig. 41 Higienização do pescado.
Fonte: Friolins, 2010.



Fig. 42 Organizando o pescado para a linha de produção na empresa frigorífica.
Fonte: Friolins, 2010.



Fig. 43 Detalhe do peixe processado sem pele.
Fonte: Friolins, 2010.

3.3.4 Distribuição

Depois de todo o processo produtivo no rio, os peixes lisos capturados são transportados e envolvidos em diversas relações de comercialização detalhadas anteriormente.

Após todo o processo produtivo nos frigoríficos, onde os produtos são embalados para a distribuição, tem-se o departamento de expedição das espécies de peixe, onde acopla-se o caminhão ou a carreta para o embarque do produto já beneficiado, assim este não fica exposto, no momento do transporte, a fatores externos, o que poderia comprometer as condições sanitárias dos produtos. Este procedimento é inspecionado para a verificação de tais condições de higiene.

A venda dos produtos originados do peixe liso segue para o mercado local e nacional. O mais interessante é que os pescadores não sabem ao certo o destino final do resultado de seu trabalho. Exemplo disso é o relato de um dos entrevistados: *“mas depois que a gente vende, lá é beneficiado; acho que vira outra comida melhor, né? Porque eles compram, né!”* No gráfico 03, podemos verificar o quantitativo da venda do pescado nos últimos três anos e fazer um comparativo das vendas em toneladas para os mercados consumidores.

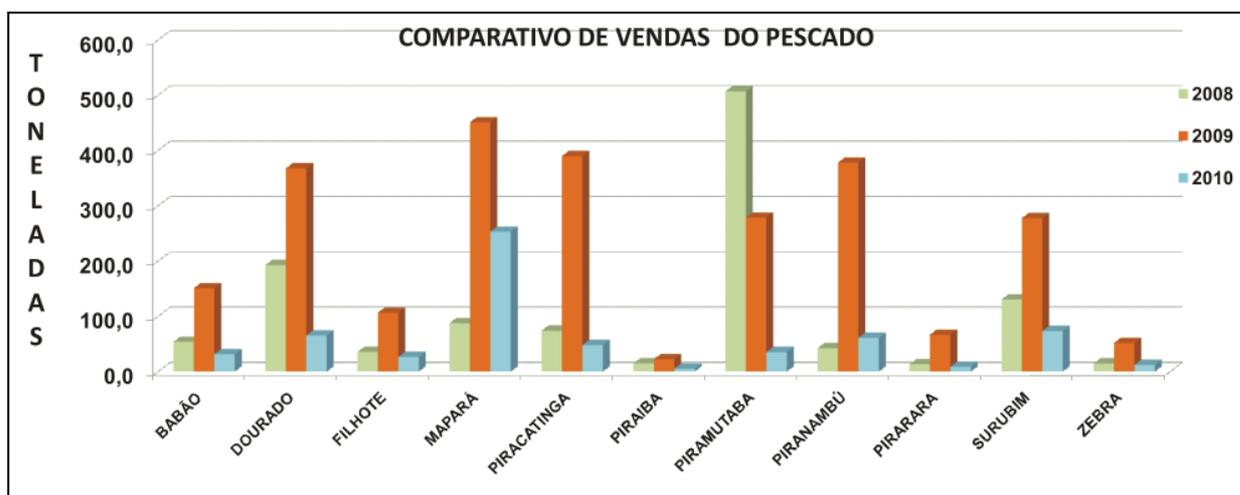


Gráfico 03: Demonstrativo de vendas do frigorífico Frigopesca para os mercado local e nacional, nos anos de 2008, 2009 e 2010. Este último contado até o mês de junho.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

O pescado comercializado é, na maioria, o peixe-liso, sendo as principais espécies: a piramutaba e mapará, em volumes de vendas. Após o processo de

beneficiamento, o pescado é exportado para outros estados brasileiros e de lá para o exterior.

Braga (2001) constatou em estudo sobre a comercialização de peixe liso nos mercados de Manaus, que o surubim é a espécie mais aceita para o consumo e, portanto, a mais comercializada.

As formas de vendas são diversas, podendo ser à vista ou a prazo. O pagamento à vista tem-se o desconto de 10%. Quanto aos pagamentos têm-se 25, 35 e 45 dias para efetuar-los.

Dentre os frigoríficos pesquisados, o principal mercado, é o nacional, porém também comercializam a varejo, para supermercados, restaurantes e comércio varejista em geral, bem como para empresas distribuidoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia dispõe de uma bacia hidrográfica de relevante importância para a reprodução da vida dos moradores das suas margens. Dentre as calhas dos rios do estado do Amazonas, a do Solimões é considerada a mais rica e de maior relevância econômica devido a sua diversidade ictia.

Considera-se a pesca de bagres como uma das principais atividades extrativistas desenvolvidas pelos ribeirinhos que vivem na região, em Manacapuru. São notórias a abundância de peixes e a variedade de espécies capturadas nas principais calhas do estado do Amazonas. O município de Manacapuru, localizado no baixo rio Solimões, é considerado um dos mais importantes municípios relacionado a essa espécie de pesca e destaque no cenário pesqueiro do Estado, contribuindo significativamente para sua economia. A localidade Costa do Laranjal, é responsável por uma considerável quantidade de pescado desembarcado nas indústrias frigoríficas, localizadas na sede do município.

Porém, vale salientar que mesmo essa atividade sendo expressiva, temos ainda muito que avançar no sentido de melhorar a produção, a distribuição e a própria organização social dos pescadores.

A execução da pesquisa possibilitou uma compreensão da territorialidade pesqueira no espaço aquático, a partir da apropriação dos recursos naturais pelos pescadores e da relação de trabalho. Esta centra-se na preparação do espaço para a realização da atividade e conduz, ao mesmo tempo, à formação de grupos (comunitários) que possam compartilhar da mesma idéia e disponibilizar tempo na preparação do referido espaço para as atividades pesqueiras.

A comunidade Nossa senhora da Conceição da costa do Laranjal é um local estratégico pela sua localização favorável ao desenvolvimento das atividades pesqueiras.

Notamos que a apropriação do espaço aquático pelos pescadores ribeirinhos foi uma forma encontrada para a proteção de seu ambiente de trabalho – o rio Solimões. Como foi verificado na pesquisa, a pesca comercial é a principal atividade desenvolvida pelos ribeirinhos daquela comunidade.

Vimos, além disso, que a pesca do peixe liso tem a finalidade comercial, para atender a uma demanda dos frigoríficos instalados na sede do município de Manacapuru.

Diante disso, houve mudanças significativas na forma de uso do espaço aquático no rio Solimões. Percebemos que os pescadores ribeirinhos apropriam-se desses espaços, exercendo territorialidades de forma a manter a reprodução da família.

A pesca comercial de peixe liso, então, é uma alternativa encontrada para auferir renda e incrementar a renda familiar para muitos dos moradores, para outros a pesca é a única fonte de renda, tem-se, também, a possibilidade de obter um retorno financeiro imediato.

Porém, como verificado em campo, há uma diversificação da produção – terra e água sob a forma de produção familiar. Em um esforço contínuo para manter seu modo de vida na zona rural, mas especificamente às margens do rio Solimões.

Notou-se que o ribeirinho não vive somente da atividade pesqueira. Na maioria dos casos, dispõem de uma diversificação de atividades, garantindo renda, pois em caso de uma delas falhar, tem a possibilidade de manter-se nos momentos mais difíceis, garantindo o sustento da família.

A territorialidade exercida pelos moradores ribeirinhos, que SACK (1986), trata como sendo o controle de uma área, é alternativa de assegurar seu ambiente de trabalho. Estes espaços, como foram verificados na pesquisa, é indispensável para a extração da renda da água, proveniente da atividade pesqueira.

Verificou-se também que os territórios da pesca comercial são monopolizados pelas indústrias. Isso ocorre para que se possa extrair a renda proveniente do trabalho dos pescadores, ou seja, o pescado.

Desta forma, os pescadores são subordinados a esses processos criados pelo próprio sistema de produção capitalista. Nessa relação, ambos são beneficiados, porém, os empresários ficam com a maior parcela do rendimento total.

O emprego de mão de obra familiar na pesca e as propriedades dos meios de produção caracterizam-se contraditoriamente em relação ao sistema de produção capitalista, pois esses trabalhadores da pesca são senhores livres de seu tempo, ou seja, tem controle sobre as formas de produzir, mesmo diante das regras ditas pelas indústrias.

As formas de trabalho desenvolvidas são atípicas ao sistema de produção vigente – capitalista - pois os pescadores são donos dos meios de produção e, portanto, não há uma relação capitalista e sim não-capitalista de produção.

Outro ponto a se considerar é a inserção da mão de obra feminina nas atividades da pesca, configurando-se uma mudança nas relações de trabalho, pois antes esta desempenhava apenas trabalhos domésticos. Isso se deu, principalmente pela necessidade de força de trabalho para a pesca, agora amparada por Lei Federal.

Constatamos com esta pesquisa que a gestão sobre as águas é importante para a reprodução da vida e proteção de seu local de trabalho, nesses territórios da pesca no rio Solimões. É por isso que gera conflitos, em alguns casos, pois a água, apesar de ser de acesso livre, sofre apropriação pelos pescadores ribeirinhos.

As territorialidades são uma forma de os pescadores explorarem economicamente os recursos naturais a eles disponíveis, no caso desta pesquisa, extrativismo do pescado.

Mesmo sendo a água um bem de domínio público estabelecido pela legislação vigente, a Lei n. 9.433, que institui a política Nacional de Recursos Hídricos, nota-se que a apropriação desse espaço aquático se dá como uma extensão da propriedade em terra, onde regula o acesso a membros externos à comunidade, garantindo através da atividade da pesca comercial a renda para a reprodução de seu modo de vida.

Conforme os relatos apontados, a atividade pesqueira é promissora, mas também “perigosa” dada às possibilidades de acidentes aquáticos e desenvolvimento de doenças de cunho ortopédico, oftalmológico, reumáticos, dentre outros. Apesar de haver uma legislação que contemple o setor pesqueiro e cada vez mais investimentos direcionados para essa atividade, o pescador não tem melhorias de vida no sentido previdenciário.

Quanto as territorialidades nas águas, delimitados no rio principal, é fruto do trabalho e esforço de pescadores, mediante a limpeza do leito do rio. Assim, percebe-se que esses tornam para si o direito de uso dos espaços naturais.

O aumento desordenado da pesca comercial no rio Solimões e, conseqüentemente, a diminuição dos estoques pesqueiros, ocasionou cada vez mais disputas pelos territórios da pesca de peixe liso. Alguns relatam a existência de conflitos em períodos anteriores.

O controle de acesso ao “lanço” se dá pelos pescadores que efetivam um trabalho: a limpeza do leito do rio, garantindo assim, o “domínio” de seu ambiente de trabalho. Esses conflitos acontecem pela disputa de um espaço para uso, onde ocorre a pesca comercial do peixe liso, matéria-prima para as indústrias instaladas no município de Manacapuru.

O resultado destes estudos nos possibilita verificar essas formas de apropriação e uso do rio Solimões, na área correspondente à comunidade Nossa Senhora da Conceição da costa do Laranjal, recorte geográfico de importância econômica no que se refere à pesca comercial.

A pesca comercial de peixe liso (bagres) é alternativa de ~~renda~~ renda para os ribeirinhos. Devido a crescentes disputas pelos espaços de pesca, eles delimitam o espaço aquático, estabelecendo territorialidades, como forma de ~~manter~~ manter seu ambiente de trabalho - o espaço de pesca no rio.

Constatou-se nesta pesquisa que esses pescadores de peixe liso mantêm uma estreita relação com a indústria pesqueira no município. Estas por outro lado, financiam parte do processo produtivo e, dessa forma, monopolizam os territórios de pesca, garantindo a sua reprodução, e descartando investimentos em mão de obra e meios de produção, pois isso é feito pelo pescador.

A indústria monopoliza o território em vez territorializar-se. Isso acontece em várias calhas fluviais no estado do Amazonas. Essa é uma relação de simbiose, ou seja, a indústria recebe a matéria-prima para sua manutenção e os pescadores têm como objetivo desenvolver a atividade necessária para obtenção de sua renda e, conseqüentemente, o sustento da família. O bem-estar da família é o objetivo da renda gerada pelo trabalho nas pescarias. Ao contrário disso, para essas indústrias o importante é ter o produto pronto, o pescado. Para tanto, vimos que elas monopolizam o território da pesca e extrai a renda contida no produto: o pescado.

Diante de tudo isso, vimos que mesmo inserido em um sistema capitalista, mas com relações de trabalho não capitalista, o pescador não está alheio às transformações ocorridas no seu ambiente de trabalho, apesar disso, ele tenta manter-se, reproduzir-se, e para isso cria e recria seu modo de vida, de acordo com suas necessidades concretas. Portanto, faz-se necessário pensar na pesca não somente como atividade econômica, mas, sobretudo como forma de produzir a própria vida, onde estes pescadores envolvidos reproduzem seu modo de vida, tradicionalmente. Porém, sem estarem alheio as transformações de seu ambiente

natural - o rio Solimões -, esses atores sociais, envolvidos em atividades pesqueiras, dispõem de mudanças mínimas em relação as suas condições de vida.

REFERÊNCIAS

- AB`SABER, Aziz. Os Domínios de Natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ANDRADE, Manuel Corrêa de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BEGOSSI, Alpina (organizadora). Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Fapesp, 2004.
- BARTHEM, Ronaldo Borges; FABRÉ, Nidia Noemi. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia In: RUFFINO, Mauro Luís (Coord.) A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus: Ibama/ProVarzea, 2004.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In. CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). Geografia cultural: um século. Rio de Janeiro: EdUEJ, 2002. V. 3.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Territorialização camponesa na várzea da Amazônia. 2007. Tese de Doutorado. Manaus: UFAM. 261 p.
- EVANGELISTA, J.P. Tecnologia de Alimentos. 2 edição. Atheneu. São Paulo, 1998. 313-315
- FABRÉ, Nidia Noemi; BARTHEM, Ronaldo Borges (Coord.). O manejo da pesca dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas. Manaus: Ibama, ProV'arzea, 2005.
- FALABELLA, Pedro G. A Pesca no Amazonas: Problemas e Soluções. 2 Edição. Impreso no Brasil. Manaus-Amazonas, 1994. Imprensa Oficial do Estado.
- FIGUEIREDO, Lucia Campos Salles. Comércio e sustentabilidade na Amazônia: Efeitos da parceria entre empresa e comunidades no uso tradicional dos recursos naturais. Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Julião de Mesquita Filho" – Campos de Rio Claro. São Paulo, 2005.
- MEGGERS, B. Amazônia: a ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, 207 p.
- Glaúcio, Dorenilce Maria Rodrigues. Amazônia: Pescadores contam histórias. Manaus: Ibama/Provárzea, 2004.
- GOULDING, Michael. Ecologia da pesca do rio Madeira. Trad. de Naércio Menezes. Manaus: INPA, 1979.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JUNK, W.J. As águas da região Amazônica. In: SALATI, Enéas at. Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1983.

Legislação de Direito Ambiental / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. – São Paulo: Saraiva, 2008.- (Coleção Saraiva de legislação) ISBN 798-85-02-06834-6.

LIMA, Deborah de Magalhães. Ribeirinhos, Pescadores e a Construção da Sustentabilidade nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões. UFMG. Boletim Rede Amazônica. Ano 3. Nº 1, 2004.

MALDONADO, Simone C. Diegues. O caminho das pedras: Percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (Org). A Imagem das Águas. São Paulo: Editora Hucitec, NUPASP/USP, 2000.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: 2ª edição. Rio de Janeiro: Hucitec, 1983.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; Amostragens e técnicas de pesquisa; Elaboração, análise e interpretação de dados. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica” Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1996.

PAULINO, Eliane Tomiase. Por uma geografia dos camponeses. Editora Unesp. 2006.

PEREIRA, Henrique dos Santos. Iniciativas de co-gestão dos recursos naturais de várzea. Documentos técnicos. Pro-Várzea. Manaus: IBAMA, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2007.

REGIS, Dom Gutemberg Freire. Pistas Ribeirinhas. Prelazia de Coari. Belvedere. Manaus: 2001..

RUFFINO, Mauro Luís (Coord.) A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus: Ibama/ProVarzea, 2004.

RUFFINO, Mauro et al.; Lago Grande de Monte Alegre: Uma análise das suas Comunidades Pesqueiras. In Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: abordagem socioeconômica. Coleção Meio Ambiente. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Edições IBAMA Brasília, 1999.

RUFFINO, Mauro Luís (Coord.) Estatística pesqueira do Amazonas e Pará 2002. Manaus, IBAMA; PróVárzea, 2005.

RUFFINO, Mauro Luís (Coord.) Estatística pesqueira do Amazonas e Pará 2003. Manaus, IBAMA; PróVárzea, 2005.

RUFFINO, Mauro Luís. Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. Manaus, IBAMA; PróVárzea, 2005.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: ÁTICA, 1993.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAQUER, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério Sposito. (org.). Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos, – 1. ed, -- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368p. : tabs. (Geografia em Movimento).

SOARES, Ana Paulino. Janauacá, conflitos e territorialidades nas águas. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

SOBREIRO, Thaissa; SOUZA, Lucirene Aguiar de; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. Manejo de Recursos Pesqueiros no Médio Rio Negro. Manaus: EDUA, 2006.

SOUSA, Antônio Fábio. Rendimento, composição química e perfil de minerais das principais espécies de peixes comercializados no Estado do Amazonas. Dissertação de Mestrado em Ciências de Alimentos da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2008.

SOUZA, Flávia Kelly Siqueira; BARBOSA, Roosevelt Passos; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. Peixes do médio rio Negro: uma abordagem ecológica. Manaus: EDUA, 2006.

SMITH, Nigel J. H. A pesca no rio Amazonas. Manaus: Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico. Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. 1979.

VERÍSSIMO, José. A Pesca na Amazônia. UFPA, 1970.

VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristina S. Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, Métodos e Experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VERÍSSIMO, José. A pesca na Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras, Florestas e Águas de Trabalho. Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade Amazônica. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

NELSON, J. S. 2006. Fishes of the World. John Wiley and Sons. Inc. New York. 4th edition, 601 pp.